

Matheus Henrique da Silva Alcântara

A CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO A PARTIR DA ICONOGRAFIA

**A RELAÇÃO ENTRE OS SELOS E A POLÍTICA OTOMANA DOS
JOVENS TURCOS (1908-1918)**



MATHEUS HENRIQUE DA SILVA ALCÂNTARA

A CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO A PARTIR DA ICONOGRAFIA

A RELAÇÃO ENTRE OS SELOS E A POLÍTICA OTOMANA DOS
JOVENS TURCOS (1908-1918)



Campina Grande - PB

2024

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – EDUEG
atendimento@editora.ufcg.edu.br

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho
Reitor

Prof. Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata
Vice-Reitor

Prof. Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo
Diretor EDUEG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Projeto gráfico

Acervo da Biblioteca Mundial online
Imagens da capa

CONSELHO EDITORIAL

Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro Costa Rego (CTRN)
José Wanderley Alves de Sousa (CFP)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Mário de Sousa Araújo Filho (CEEI)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Andréa Maria Brandão Mendes de Oliveira (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino Nascimento (CH)
Saulo Rios Mariz (CCBS)
Valéria Andrade (CDSA)

A347c

Alcântara, Matheus Henrique da Silva.

A construção do nacionalismo a partir da iconografia: a relação entre os selos e a política otomana dos jovens turcos (1908-1918) [recurso eletrônico] / Matheus Henrique da Silva Alcântara. – Campina Grande: EDUEG, 2024. 133 p. : il. color.

E-book (PDF)
ISBN 978-85-8001-294-1

1. Império Otomano. 2. Iconografia. 3. Nacionalismo. 4. Selo Postal. 5. História da Turquia. I. Título.

CDU 94(560)

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA MEIRE EMANUELA DA SILVA MELO CRB-15/568

Todo conhecimento está comprometido com interesses sociais. Esse fato dá uma dimensão mais ampla ao conceito de ideologia, ela é uma “visão de mundo”, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social.

(José Luiz Fiorin, *Linguagem e Ideologia*, 2001, p. 29).

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 IMPÉRIO OTOMANO, NO AUGUE DE SUA EXPANSÃO ATÉ O DECLÍNIO	57
MAPA 2 PENÍNSULA DE GALÍPOLI E A LOCALIZAÇÃO DO DESEMBARQUE DAS FORÇAS ALIADAS NO DIA DA INVASÃO	110
MAPA 3 MAPA GEOPOLÍTICO DO ORIENTE MÉDIO ANTES DE 1914	111
MAPA 4 MAPA GEOPOLÍTICO DO ORIENTE MÉDIO NOS ANOS 1920	111

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
PREFÁCIO	20
CAPÍTULO I O ÚLTIMO IMPÉRIO MUÇULMANO: OS DESAFIOS IMPOSTOS PELO IMPERIALISMO LIBERAL	25
CAPÍTULO II REVOLUÇÃO E NACIONALISMO: A POLÍTICA OTOMANA DOS JOVENS TURCOS	59
CAPÍTULO III PROPAGANDA E IDEOLOGIA: NACIONALISMO TURCO NOS SELOS POSTAIS	75
CAPÍTULO IV O FIM DO CONFLITO MUNDIAL E O ADVENTO DA TURQUIA MODERNA	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	118
GLOSSÁRIO	128
SOBRE O AUTOR	132

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa iniciou-se nos estudos de História Oriental no curso de licenciatura em História, pela Universidade Federal de Campina Grande - PB, especialmente com as leituras de clássicos como Albert Hourani, Bernard Lewis e Edward W. Said. Estudos estes que foram aprofundados ao longo da formação com a leitura de pesquisas brasileiras, como a da professora Monique Sochazewski, *Do Rio de Janeiro a Istambul: contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850-1919)*, que aborda o relacionamento entre o Brasil e o Império Otomano, o papel geopolítico dos dois impérios periféricos e as suas diferenças sociais, políticas e econômicas, o que resultou no fascínio pela cultura do Oriente Médio, tendo como resultado a aquisição de selos otomanos, impressos e distribuídos pelo serviço postal otomano entre 1880 e 1930. Isso desencadeou o desenvolvimento de um trabalho sobre o nacionalismo no Império Otomano, tendo como fundamento de análise os selos postais utilizados entre 1908 até 1918, no auge do governo ufanista dos Jovens Turcos. Procurou-se, por esse meio, compreender os eventos transcorridos no Oriente Médio nesse período, uma vez que eles aparentam ter sido fundamentais

para a instauração de um processo migratório de súditos otomanos para outros continentes.

Nos últimos anos, o campo de pesquisa da História Oriental tem se expandido, através de novas abordagens e debates sobre as civilizações orientais. *Grosso modo*, o que tem sido escrito nacionalmente se insere na discussão a respeito da formação étnica, política e cultural desses povos. E ao longo desses anos, as pesquisas sobre o Império Otomano têm se centrado nos imigrantes das províncias da Síria e do Líbano, em contraposição a uma análise política e econômica do fim de um dos impérios mais longevos da história humana. Por isso, compreendemos que problematizar a questão do nacionalismo durante o Império Otomano pode apresentar um novo olhar sobre antigas questões. Além disso, constitui-se como um assunto bastante atual, devido à onda de nacionalismo autoritário que invadiu a Turquia sob o governo do presidente Recep Tayyip Erdoğan.

Como já discutimos no início desta Apresentação, poucos trabalhos abordam o Império Otomano e suas relações com o Brasil, o que aponta para a falta de estudos sobre a história dos principais parceiros comerciais do Brasil na região, pois o Império Otomano é parte fundamental do passado de mais de doze países do Oriente Médio, especialmente de sua herdeira política, a atual República da Turquia. Desse modo, essa ausência de pesquisas sobre a temática é uma das nossas justificativas para este projeto, uma vez que a construção de um estudo sobre a sociedade otomana se constitui como um meio de compreensão, do ponto de vista político e social, desses países na atualidade.

Além de oferecer aos futuros pesquisadores e leitores do produto final desta pesquisa um instrumento de entendimento das disputas políticas do século XIX inflamadas pela onda de nacio-

nalismos, que levou à deflagração da Primeira Guerra Mundial, o nosso trabalho pretende contribuir para a análise crítica do desenvolvimento do nacionalismo por meio dos selos, e como estes atuaram como instrumentos de disseminação de ideologia das classes dominantes turcas, em um contexto de encolhimento territorial e crise econômica e política. Nosso trabalho pretende ser, portanto, inovador no que diz respeito às fontes utilizadas.

Nós problematizamos os problemas políticos do Império, essencialmente no primeiro capítulo, no qual discutimos as suas relações com os países imperialistas da Europa. Fornecemos também um balanço sobre as tentativas da administração otomana em remodelar suas instituições, com o objetivo de impedir o esfacelamento territorial e a submissão ao capitalismo europeu. Num segundo momento, fazemos uma análise política dos grupos nacionalistas que disputam o poder no interior do Império, principalmente no segundo capítulo, no qual analisamos os selos postais utilizados pelo correio otomano na taxação da correspondência, como instrumentos de propaganda nacionalista.

Como o Império Otomano, que, na época, compreendia um vasto império multiétnico e multicultural, esteve relacionado com o processo de desenvolvimento de nacionalismos entre os anos de 1870 e 1914? Quais as características particulares desse processo na sociedade otomana? Como surgiu a identidade otomano-turca? Por que ela foi representada em selos? Qual o papel ideológico desempenhado pelos selos postais? O que eles representavam e por que representavam? Quem eram os construtores dessas imagens? Tomando como ponto inicial esses questionamentos, procuramos desenvolver um trabalho analisando o nacionalismo otomano, por meio da construção imagética que o Estado fazia através dos selos, durante o período.

Desse modo, partimos para analisar os selos como instrumentos de projeto político e nacionalista turco-otomano, promovido pelos Jovens Turcos (1908), em uma tentativa de restaurar a “grandiosidade” do Império através do sentimento de pertencimento étnico-territorial-religioso, o que acabou por promover políticas tanto de enaltecimento cultural e arquitetônico quanto de segregação étnico-religiosa, especialmente entre as populações cristãs que habitavam o Império. Estes povos, que habitavam os territórios que hoje correspondem à Síria, ao Líbano e à Armênia, e se encontravam sujeitos ao domínio otomano, passaram a estabelecer levadas migratórias para outros países, entre os quais, o Brasil, principalmente se fixando em grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde promoveram uma identidade cultural afastada do mundo otomano e mais próxima do país onde residiam, mas, não obstante, mantiveram contato com seus parentes no outro lado do Atlântico.

No que diz respeito aos caminhos teóricos e metodológicos adotados, a análise proposta nesta pesquisa está inserida no campo da teoria e do método da História Política. Discutimos, em nosso caso, o papel representativo do poder imperial otomano nas imagens veiculadas nos selos postais, como fontes iconográficas, por meio das quais desenvolvemos nossa análise. Tomamos como ponto inicial o entendimento de que essas imagens correspondem a ilustrações oficiais do Estado, fato este explicado pelo “papel específico” dos selos na estrutura administrativa, financeira e na própria integração do Império, atentando-se para o fato de que era o próprio aparelho estatal o responsável por sua produção (determinando o material, as cores, os formatos e os valores) e distribuição. Desse modo, com base em Louis Althusser, *Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado* (1980), os selos assumiram o papel

de instrumentos ideológicos do Estado Otomano, atuando na disseminação da ideologia política dominante no período.

Analisamos, a partir de Benedict Anderson e Eric Hobsbawm, como o pensamento nacionalista foi sendo despertado nos territórios de controle otomano, e como este foi utilizado, pela administração central dos Jovens Turcos (1908), para impor um “modelo” de nacionalismo. Partindo desse pressuposto, optamos por problematizar a questão do sentimento de pertencimento nacional, de cunho ufanista, buscando compreender de que forma surge o nacionalismo e como este é utilizado pelo Estado para promover a dominação sobre a sua e outras populações.

Isso resultou na problematização das imagens presentes nos selos e suas representações no pensamento árabe do período, em contraste, sobretudo, com aqueles que procuram construir um retrato homogêneo. A partir disso, foi possível perceber as intenções políticas que cercaram a produção imagética sobre o Império e, no caso específico desta pesquisa, os vários aspectos em torno da produção filatélica, que procurava representar o poder do sultão ao reproduzir a *tughra* (monograma caligráfico, assinatura, semelhante ao selo real ocidental); ou as reproduções de monumentos da capital, Constantinopla, que procuravam reviver o sentimento de pertencimento a uma história de dominação otomana de quase cinco séculos.

Sobre as fontes utilizadas, constituem-se de selos postais dos correios do Império Otomano referentes aos anos de 1880 a 1918, que circulavam pela correspondência nacional e internacional. Metodologicamente, escolhemos ler as nossas fontes a partir da proposta esboçada por Cabral (2009), que enxerga os selos como veículos das imagens oficiais do Estado, e, portanto, construtos que correspondem a operações mentais, confeccionadas indivi-

dual ou coletivamente, com o objetivo de construir uma identidade no nível representacional. Na proposta deste autor, acrescenta-se à análise dos selos a constatação de afinidades entre a imagem fotográfica e o padrão das imagens presentes nos selos. Por isso, acreditamos ser possível utilizar o método elaborado por Roland Barthes, em *A câmara clara. Nota sobre fotografia* (1984), no qual o autor apresenta *Código de Conotação Fotográfica*, que corresponde às cores, aos efeitos e aos gestos, frutos de uma prática coletiva, cultural e histórica, os quais possibilitam o consumo da imagem tanto no plano ideológico quanto no simbólico. Permite-se, através dessa proposta metodológica, a definição dos sujeitos responsáveis pela criação e produção das imagens que seriam os *operadores*, e os sujeitos consumidores dessas imagens, os *spectatores*, em que ambos estão inseridos em um *studium*, que pode ser caracterizado como todo o panorama político, social, cultural e histórico no qual esses sujeitos estão inseridos.

Assim, amparados por Barthes e Althusser, defendemos a ideia de que os selos postais funcionaram como produtos culturais e ideológicos do Estado, sendo elaborados, confeccionados e divulgados para promover uma determinada concepção de mundo, cumprindo a função de difundir determinada cultura e valores conectados a grupos sociais que exerceram influência política e social. Atinge, desse modo, a população sob seu controle, com ideias sobre o pertencimento étnico-racial e territorial, com o objetivo de despertar o nacionalismo turco-otomano.

Apontamos ainda para os estudos sobre o Oriente Médio do historiador britânico Bernard Lewis, *O que deu errado no Oriente Médio* (2002) e *A crise do Islã. Guerra santa e terror profano* (2004), que apresentam uma análise crítica do declínio do Império Otomano frente às modificações impostas pelo avanço do capitalismo impe-

rialista e industrial nos séculos XIX e XX. As obras de outro historiador britânico merecem menção, *O pensamento árabe na era liberal 1798-1939* (2005) e *Uma história dos povos árabes* (2005), de Albert Hourani, apresentam uma visão mais sociológica dos caminhos percorridos pelos povos do Oriente Médio e da própria decadência do Império Otomano. *O declínio e queda do Império Otomano* (2013) do historiador e biógrafo Alan Palmer, traz a história do Império Otomano alicerçado em uma extensa pesquisa bibliográfica.

No que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos nacionalmente, embora escassos, estes abordam sobremaneira a temática da imigração das populações provenientes do antigo Império Otomano para o Brasil. Alguns trabalhos merecem nossa atenção devido à diversidade de fontes utilizadas e à qualidade do texto produzido. Nesse sentido, apresentamos *Do Rio de Janeiro a Istambul. Contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850-1919)*, citado anteriormente, livro que se originou da tese de doutorado de Monique Sochaczewski, no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, da Fundação Getúlio Vargas em 2012. Este trabalho, que se encontra disponível gratuitamente no site da Fundação Alexandre Gusmão¹, compreende o nosso recorte temporal, sendo leitura obrigatória para a compreensão das relações socioculturais entre o Império Otomano e o Brasil.

Uma segunda leitura, o livro *Patrícios - sírios e libaneses em São Paulo*, publicado em 1997 como resultado da tese de doutorado em Ciências Sociais de Oswaldo Mario Serra Truzzi, aborda a imigração das regiões da Síria e do Líbano para o Brasil, bem como a trajetória desses grupos de imigrantes na cidade de São Paulo. O

1 . Site da Biblioteca/Livraria da Fundação Alexandre Gusmão, ligada ao Ministério de Relações Exteriores: <http://funag.gov.br/biblioteca/>. Acesso em: ago. 2018.

autor se utiliza de jornais da época, complementados por dados oficiais do arquivo público da cidade e do estado, para traçar uma análise sobre a situação social desses imigrantes no Brasil. Além desse livro, o autor conta com diversos artigos publicados sobre o tema, como *Lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo* (2001); *Sírios e libaneses no Oeste Paulista (décadas de 1880 a 1950)* (2019); *A presença árabe na América do Sul* (2007); *Sírios e libaneses: a alavancagem pelo comércio* (1993), entre outros trabalhos. Outro trabalho nacional, que pensamos ser basilar para a pesquisa, é um dos poucos estudos publicados sobre filatelia no Brasil. Embora trate dos selos produzidos pelo Estado Imperial brasileiro, o autor apresenta um domínio sobre a bibliografia que torna o estudo passível de ser utilizado para a interpretação e o estudo de selos. De autoria do historiador carioca Luciano Mendes Cabral, o livro *Selos, moedas e poder: o Estado Imperial brasileiro e seus símbolos* (2009) analisa os selos como instrumentos políticos e ideológicos em sua interpretação sobre o papel de moedas e selos para a construção da nacionalidade brasileira.

Juntamente com a presente Apresentação, este livro está estruturado em mais dois capítulos. No capítulo 1, intitulado “O último império muçulmano: os desafios impostos pelo imperialismo liberal”, são debatidas as reformas políticas e administrativas do período do *Tanzimat*, ou período das Reformas, que compreende o período de 1839 até 1876, quando o Sultanato procurou reorganizar a estrutura política, econômica e militar do Império, com o objetivo de impedir a sua decadência frente às potências europeias. Isso permitiu uma aproximação com o Ocidente, especialmente com as potências imperialistas da época, como a França e a Inglaterra,

e posteriormente com a Alemanha, que adentraram o território otomano com investimentos em ferrovias, transportes, comunicações e tecnologia. Além de pesados investimentos no setor militar, outros setores econômicos foram alvos do capital estrangeiro: o setor de comunicações foi modernizado para a interligação das diferentes regiões do Império, e nessa esteira surge, em 23 de outubro de 1840, o Ministério dos Correios Otomano, que marcou o início do desenvolvimento do sistema postal, e a confecção dos primeiros selos otomanos. Finalizamos o primeiro capítulo com a Revolução dos Jovens de Turcos de 1908, que inaugurou a era da “monarquia constitucional otomana” e do pensamento nacionalista turco-otomano, com o lema “União e Progresso”.

No segundo capítulo, intitulado “Revolução e Nacionalismo: a política otomana dos Jovens Turcos” discutimos os objetivos dos *operatores* no que diz respeito à produção dos selos, com enfoque na questão do nacionalismo, que começa a atrair pensadores de todo o mundo árabe e otomano, na tentativa de construir uma estrutura de política capaz de enfrentar as transformações promovidas pelo capitalismo imperialista europeu, conservando as doutrinas islâmicas. A ascensão do nacionalismo na política otomana provocou a produção de selos com representações do Sultão, da arquitetura e das construções públicas e religiosas da capital (Constantinopla); e, após o início das hostilidades em 1914, a representação do soldado otomano na frente de batalha, fazendo, desse modo, com que os selos atuassem na disseminação de uma ideologia política, tendo como resultado o massacre de minorias cristãs em todo o território otomano, especialmente na Anatólia Oriental (caso armênio), e de minorias cristãs na costa ocidental da Península Arábica.

PREFÁCIO

Nas páginas que se darão a ler a seguir, o leitor se surpreenderá de diversas formas. Em primeiro lugar, encontrará uma lição de como, escrevendo do interior do Nordeste, um pesquisador consegue redigir um bom trabalho de pesquisa sobre a história da República Turca. Matheus é o tipo de aluno cuja inteligência e criatividade superam a expectativa do orientador, surpreendendo-o positivamente.

A história a ser contada sobre isso é que, por quase duas décadas, ministrei a disciplina de História Moderna Oriental na graduação em História da UFCG, à qual me vínculo até hoje como Professor Titular. Dessa experiência didática, ficaram muitos frutos agradáveis e instigantes, muitos temas criativos de pesquisa surgiram das discussões em sala de aula, das orientações, das reflexões sobre a leitura de diversos autores. Lembro-me perfeitamente do dia em que Matheus me apresentou a proposta de escrever sobre o caso do Império Otomano e o nascimento da República Turca a partir da filatelia.

Trabalhando com selos originais adquiridos do acervo de imigrantes de São Paulo, este livro nos dá uma lição de metodologia da História. Mobilizando um olhar mais atento, Matheus considera os Selos Comemorativos um documento histórico, analisa-os enquanto fontes para o historiador em sua pesquisa. Abordando a relação entre os selos postais e a História, a filatelia exerce uma presença importante, podendo ser mais um elemento para investigar como os sujeitos históricos/atores sociais enxergam ou narram os acontecimentos através da representação de selos sob análise.

Sobre o cenário, cabe lembrar que, em 1908, explodiu no Império Otomano uma revolução que, mais tarde, se alastrou por diversas províncias. Os líderes nacionalistas provinciais então passaram a defender a limitação dos poderes do Sultanato e a implementação de reformas políticas capazes de impedir a desintegração do Império. O trabalho de Matheus se propõe a problematizar a questão do nacionalismo no interior do Império Otomano, durante o domínio político dos Jovens Turcos em seu período à frente do governo otomano (1908-1918). Para tanto, mobiliza noções de Nacionalismo, tais como são apresentadas na obra do historiador social Eric J. Hobsbawn (1990), passando também por uma compreensão de alguns aspectos do conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado, proposto pelo sociólogo Louis Althusser (1985). É neste ponto que entra a análise histórica dos selos postais, que foram confeccionados pelo Correio Otomano no auge da propaganda nacionalista, tendo-os como instrumentos ideológicos, uma vez que eram veiculados no principal meio de comunicação da época, qual seja, o sistema postal turco.

Entrego assim aos leitores a agradável tarefa de fruir a leitura do texto de Matheus, o qual tive a honra de orientar. Uma obra entretida no campo das polêmicas do não reconhecimento do holocausto armênio pelo Estado Turco. Tal deliberado ouvido foi, como sabemos, uma das faces primeiras do pernicioso negacionismo histórico do século XX. Faço-o, enfim, feliz e orgulhoso, na certeza de que a leitura levantará questões e trará à baila a discussão ética sobre história, verdade, verossimilhança e ética no ofício de historiar.

Inverno de 2024,

DR. JOSÉ OTÁVIO AGUIAR

Professor do PPGH - UFCG

CAPÍTULO I

O ÚLTIMO IMPÉRIO MUÇULMANO: OS DESAFIOS IMPOSTOS PELO IMPERIALISMO LIBERAL

Na região do Oriente Médio onde atualmente está localizada a República da Turquia, fizeram-se presentes vários impérios antes do nascimento e declínio do Império Otomano, contudo, não é objetivo deste trabalho analisar por completo este Império. Nosso objetivo é pensar a tentativa de construção de um Estado nacional dentro das fronteiras otomanas, durante seu período de declínio, por meio das imagens oficiais, neste caso, os selos postais. Objetivando esse fim, tais imagens não surgiram de forma espontânea, mas foram produzidas por indivíduos engajados em um projeto de formação de um Estado nacional íntegro e coeso, ao longo do tempo. Em nossa análise, consideramos o período do *Tanzimat*, ou Era das Reformas, que corresponde aos anos de 1839 até 1876, como ponto inicial, pois foi neste período que se desenvolveu um sistema postal e, conseqüentemente, a base para a produção dos selos em estudo.

Nesse caso, um ponto de distensão para o início de nossa narrativa se encontra na Revolução Francesa de 1789, que trouxe consigo uma nova estrutura política para um mundo que estava

imerso na autocracia das monarquias absolutistas, a República. A revolução de 1789, em apenas três anos, pôs fim à dominação de séculos de monarquia e instaurou um conturbado período republicano na França. Contudo, ela foi atingida pelo mesmo mal que marcava seu antecessor, o despotismo. Neste caso específico, na figura de Napoleão Bonaparte, esse jovem e ousado oficial francês que protagonizou um golpe de Estado, conhecido como 18 de Brumário (9 de novembro de 1799), e se autoproclamou imperador da França, iniciando uma série de campanhas militares contra os vizinhos europeus e dando início às Guerras Napoleônicas² (1803-1815), que se configuraram como um dos eventos mais dramáticos do século XIX. Tais guerras foram responsáveis por abalar os pilares das sociedades de então, modificando toda a estrutura política e diplomática em vigência.

O Congresso de Viena³, de outubro de 1814 a julho de 1815, redefiniu os papéis das nações europeias emersas do conflito, produzindo o que seria o primeiro experimento de cooperação entre as nações “livres” para a manutenção da “paz”. No outro lado do Atlântico, os Estados Unidos da América ainda enfrentavam a pressão britânica pela retomada de suas antigas colônias⁴, assim como enfrentavam desafios políticos e sociais para sua estabilização como nação. Com relação ao Brasil, a vinda da Família Imperial, em 1808, fugindo da invasão napoleônica a Portugal, trouxe a

2 . Série de conflitos entre o Império Francês, liderado por Napoleão Bonaparte, contra mais de 30 nações europeias e suas coalizões (Inglaterra, Espanha, Portugal, Suécia, Países Baixos, Império Otomano, entre outros), entre 1803 e 20 de novembro de 1815.

3 . Uma conferência entre líderes e embaixadores das grandes potências europeias, que aconteceu na capital da Áustria, entre 1814 e 1815, para redefinir o mapa geopolítico pós-Napoleão.

4 . A Guerra Anglo-Americana de 1812 foi o ápice das tentativas britânicas de retomadas de suas antigas colônias americanas, o que culminou em perdas materiais (destruição de cidades) e humanas, pelo elevado número de perdas pelos dois lados, e na manutenção da independência e soberania pelos norte-americanos.

Corte Portuguesa para os trópicos; e seu retorno forçado à Europa “livre” provocou, em grande medida, o processo que culminou com a independência no dia 7 de setembro de 1822.

Enquanto isso, o Império Otomano permanecia à “margem” dos conturbados eventos que abalavam o Ocidente, contudo, não permaneceu incólume às grandes transformações sociais e políticas vindas do Ocidente, pois via, no início do século XIX, a perda de uma de suas mais produtivas províncias tributárias, o Egito, para os franceses. Esse período, conhecido pelos franceses como a Campanha do Egito, entre 1798 e 1801, foi um empreendimento ousado para o Império Francês, que invadiu a província egípcia sob a prerrogativa de destronar o poder dos mamelucos⁵ no Cairo, e promover a instalação, em nome do Sultão, de um “governo eficiente” francês. Mas o real objetivo estava na instalação de bases militares e navais para deslocar as tropas para a Índia e, sob os domínios britânicos na região, controlar assim parte considerável da região do Levante⁶.

Com esses objetivos, o Diretório (governo francês) autorizou um de seus mais jovens e brilhantes generais a partir com mais 38 mil homens para o Egito. Após a vitória decisiva das forças francesas, na Batalha das Pirâmides, de 21 de julho de 1798, as forças invasoras adentraram a capital e tomaram o controle da província. Bonaparte instituiu um governo civil que, nas palavras de Alan Palmer (2013):

Seu governo civil se tornou modelo de boa administração, a mais competente que o Egito já conhecera

5 . Corporação militar formada por escravos.

6 . O Levante corresponde a um termo geográfico bastante impreciso, que compreende uma grande área do Oriente Médio ao sul dos Montes Tauros, variando bastante entre os mapas.

em muitos séculos. Apesar da situação de guerra, começaram os projetos de irrigação, foram construídos novos moinhos e hospitais, o funcionamento dos mercados melhorou, e a coleta de impostos ficou mais eficiente (p. 58).

A resposta otomana foi lenta, principalmente devido às dificuldades de comunicação. O Sultão Selim III se recusou a considerar o exército francês aliado, formalizando apenas em setembro uma declaração de guerra à República da França; e somente um mês depois, através de um decreto do soberano, é instituída a *Jihad*⁷ contra os “infiéis” que ocupavam o Egito. Nesse ínterim, Napoleão já avançava sobre a costa mediterrânica do Oriente Médio e se dirigia para Acre⁸. As forças otomanas resistiram por sete meses, até as tropas francesas desistirem do cerco após uma epidemia de peste bubônica, somada à chegada das tropas otomanas, o que ocasionou o recuo do exército francês para o Egito. Napoleão só retornou para a França em meados de outubro de 1800.

Com o auxílio terrestre e naval da Grã-Bretanha, os otomanos conseguiram desembarcar em Alexandria e, após uma cansativa campanha de sete meses, aprisionaram as forças francesas. Para o historiador britânico Bernard Lewis (2002), este fato demonstrou a precariedade da força militar otomana, frente não somente à invasão francesa, mas também à comunidade internacional da época, por necessitar que outra nação (Inglaterra) interviesse para pôr fim à usurpação francesa.

7 . Guerra por expansão ou defesa do Islã. Teoricamente a única forma de guerra permitida ao muçulmano.

8 . Acre é uma cidade no interior do atual estado de Israel, que possui uma grande importância histórica. O primeiro relato sobre a cidade remonta aos eventos do Antigo Testamento, mas é na Idade Média que ela se destaca por ser um constante palco de disputa entre as forças cruzadas e as muçulmanas.

Logo após a assinatura do Tratado de Amiens, em 1802, que pôs fim às hostilidades franco-otomanas, o Sultão rapidamente retornou às suas tradicionais relações com a França, o que resultou na perda de popularidade frente aos “senhores feudais”⁹ do Líbano, da Síria e do interior da Anatólia, que haviam sofrido com a invasão francesa. Propriedades confiscadas foram devolvidas, e transações comerciais favoráveis ao Levante foram estabelecidas, enquanto que os franceses receberiam permissão de aportar nos portos do Mar Negro (Palmer, 2013).

No que diz respeito ao Egito, o Sultão nomeou Muhmmad Ali, um comerciante de tabaco que havia chegado antes da invasão francesa, como um oficial de baixo escalão na província, o qual ascendeu rapidamente aos postos de poder por derrotar as forças mamelucas em oposição que procuravam recuperar seu antigo status; também ao posto de governador do Egito, onde passou a implementar reformas, conhecidas como “Nova Ordem”, ainda em 1803.

Contudo, havia certo ressentimento pela invasão ao Egito e desconfiança quanto às intenções francesas sobre os Estreitos Turcos¹⁰. Com isso, as relações entre os dois impérios começaram rapidamente a se fragilizar, principalmente por um conflito diplomático causado pelos embaixadores de ambos os países. Primeiramente, a escolha do Sultão para embaixador em Paris foi estranha e inesperada, vista pelos franceses como motivo de piada, pois Mehmed Said Halet Effendi era um muçulmano fanático, que, enviado a “terra de infiéis”, se viu em situação degradante. Segundo, a

9 . Grandes proprietários de terras, que acumulavam tanto o poder político quanto o econômico nas regiões do Líbano, da Síria e do interior da Anatólia. A utilização do termo “senhores feudais” para classificar os grandes proprietários de terras deve-se em parte à utilização do trabalho servil por parte dos camponeses da região.

10 . Região que compreende o noroeste da Turquia, juntamente com Bósforo e Dardanelos, que liga o Mar Mediterrâneo ao Mar Negro. Compreende uma importante rota marítima entre a Europa e a Ásia.

escolha por Napoleão Bonaparte, então imperador da França, para embaixador junto à Sublime Porta foi ainda mais equivocada, pois o Marechal Guillaume Brune se mostrou arrogante e insistente em exigir cortesias que, a seu ver, eram necessárias para um homem de sua posição (Palmer, 2013). Isso diminuiu consideravelmente a “influência” francesa, o que abriu espaço para russos e ingleses.

Em uma manobra política, Napoleão nomeou outro embaixador para Constantinopla, Horace François Bastien Sébastiani de La Porta, que havia adquirido bastante fama junto à Sublime Porta após a tomada de Viena (Áustria), sendo um dos poucos estrangeiros com o direito de portar sua espada na presença do Sultão. Além disso, o Sultão solicitou às forças francesas que acompanhavam o embaixador a realização de seu projeto de modernização do exército, que foi chamado de tropas “Nova Ordem” (veteranos dos confrontos no Egito). Isso provocou o descontentamento dos russos, que viam no afastamento da França uma oportunidade de estabelecer relações com os turcos. Contudo, esse descontentamento rapidamente transformou-se em tragédia, quando forças navais russas invadiram o Mar Negro e ameaçaram os domínios otomanos. Os ingleses perceberam, nesses conflitos de interesses, uma oportunidade de conquistar territórios na orla do mar Mediterrâneo; e, sob a iniciativa do então embaixador Charles Arbuthnot, uma invasão ao Egito foi organizada, mas sob a resistência de Muhammad Ali, as tropas inglesas foram confinadas na praia e expulsas poucas semanas depois.

Com a ameaça russa no Mar Negro, o Sultão despachou a esquadra naval otomana e os exércitos da “Nova Ordem”, fazendo com que a cidade de Constantinopla ficasse desprovida de tropas, à mercê de ameaças internas ou externas. Não tardou muito para que um movimento antiocidentalização fosse criando corpo na

comunidade otomana, mas especificamente em uma camada social privilegiada pelo status tanto militar quanto político por ela desempenhado.

Os janízaros constituíam um corpo militar de elite, criado pelo Sultão Murade I (1362-1389). Era constituído inicialmente por crianças cristãs, capturadas em batalha ou pagas como impostos pelas províncias cristãs conquistadas. Elas eram levadas como escravas e treinadas nas mais variadas e aperfeiçoadas formas de combate; a elas, eram ensinadas técnicas administrativas e militares; além disso, eram convertidas ao Islã. O historiador britânico Albert Hourani (2005, p. 46) expõe, em sua obra, o surgimento dessa casta militar de escravos da seguinte forma:

Os escravos de origem caucasiana ou cristã balcânica, adquiridos por compra ou recebidos como tributo periódico, eram treinados nas escolas militares e palatinas e, segundo sua capacidade, tornavam-se soldados no Janízaro ou em outros corpos do exército, criados do palácio ou altos funcionários do governo do sultão. Em sua melhor época, essa elite de escravos estava livre de laços de sangue pelo alistamento, conversão e educação, tinham perdido os seus laços originais e não podiam casar e, quando casavam, seus filhos não podiam ingressar no corpo do exército. Em lugar da *‘asabiyya* natural, adquiriam algo diverso: um *esprit de corps* profissional, com lealdade dirigida para o trono do sultão.

Contudo, com o passar do tempo, essa força militar passou por um processo de degradação. Com a ocupação de cargos na administração provincial, a disciplina militar foi abandonada, a corrupção e os abusos de poder enriqueceram os membros dessa casta militar, que passaram a estabelecer patriarcados hereditários em

suas funções administrativas. Dessa forma, passaram a enxergar as mudanças “ocidentalizantes” do Sultão Selim III como uma ameaça ao seu poder estabelecido, sob o engodo de lutar pela manutenção dos princípios islâmicos. O motivo da revolta de 1807 foi a imposição, por parte do Sultão, de que os oficiais janízaros utilizassem os uniformes em estilo francês das tropas da “Nova Ordem”. Concomitantemente a este evento, havia o descontentamento da população com os pesados impostos cobrados pelos “senhores feudais”, ademais havia a questão religiosa, na qual muitos acreditavam que a ocidentalização proposta pelo Sultão resultaria na desagregação das antigas virtudes e valores islâmicos. Para Palmer (2013):

Selim se sentiu suficientemente seguro de sua posição e popularidade na capital para retomar sua política de ocidentalização, mas isso acabou se mostrando um erro de cálculo. Circulavam à boca pequena rumores de que ele convidara atores franceses para atuar em seu palácio e que, ao contrário do que prescreviam os ensinamentos da *ulema*, seus aposentos eram decorados com pinturas importadas da Europa ocidental, mostrando o corpo humano. [...] Isso não quer dizer que Selim estivesse disposto a desistir de suas almejadas reformas. Para pagar novas armas, precisavam de dinheiro à mão. Portanto, feudos auferiam renda em terras da coroa, que seriam, por sua vez, entregues a arrendatários, que não tinham nenhuma obrigação militar feudal e aos quais se permitia uma perigosa liberdade para escolher os métodos que empregariam para arrecadar dinheiro dos ocupantes de suas terras. Não foi surpresa esse tipo de arrendamento, o *iltizam*, ficar impopular entre os camponeses, rudemente explorados pelos inescrupulosos arrendatários: melhor o antigo sistema do que a “Nova Ordem” (p. 70).

Após a saída das forças otomanas da “Nova Ordem” de Constantinopla, a população amparada pelas forças janízaras que desembarcaram na cidade provocou uma verdadeira revolta, que culminou com a deposição do Sultão Selim III em 29 de maio de 1807, em favor de seu sobrinho Príncipe Mustafa, que se tornou o Sultão Mustafa IV. Logo o novo Sultão se viu em meio a uma crise política, com as tropas da “Nova Ordem” perdendo espaço na fronteira do rio Danúbio pela falta de suprimentos e pelos levantes constantes na capital. Somente em 24 de agosto de 1807, um armistício russo-otomano, sob os auspícios de Napoleão, pôs fim a esse desentendimento entre os impérios. A ineficiência do Sultão em controlar os revoltosos que o levaram ao trono demonstrou demasiadamente a sua incapacidade em governar, fazendo com que o general Mustafa Pasha Bayraktar realizasse um contragolpe, que colocou no trono o Príncipe Mahmud.

Mahmud subiu ao trono para pôr fim às agitações, em especial a dos janízaros. Contudo, a situação se agravou ainda mais. Procurando manter algumas reformas implementadas no tempo de seu tio, o Sultão se viu novamente envolto em conflitos com os corpos militares conservadores que assassinaram Bayraktar e provocaram destruição por diversos distritos da capital. Após dias de destruição, um acordo entre os chefes revoltosos e o Sultão selou a paz. O Sultão Mahmud II foi considerado uma das figuras mais controversas da história do sultanato otomano, sendo, por muitos de seu tempo, considerado um traidor e um déspota, pelas suas tentativas de executar reformas vistas como “ocidentais”; enquanto outros o viam como um governante esclarecido e capaz de resgatar a antiga glória do povo otomano. O historiador britânico Alan Palmer (2013, p. 77) é mais perspicaz ao afirmar que “Mahmud é uma das personalidades mais enigmáticas da história.

Desafia adjetivações demasiadamente simples, como um governante ‘bom’ ou ‘ruim’”.

O início de seu governo foi marcado pelo fantasma do medo de novas revoltas na capital do Império, por isso o Sultão passou a residir no Gran Seraglio¹¹, de onde partia um veleiro que o levava para o Topkapi Sarayi¹² para encontros e cerimônias oficiais. Nos primeiros anos no trono, o Sultão foi sempre assombrado pelo temor de que a realização de reformas levaria a uma nova revolta, o que culminaria com a sua morte e a consequente fragmentação do Império pela falta de herdeiros ao trono. Para evitar essa fatalidade, o Sultão, segundo Palmer (2013) colocou aqueles que o apoiavam em posições estratégicas de comando nas áreas militares e naval, bem como em postos-chaves na burocracia do governo, para tentar retomar o poder que havia perdido frente à revolta dos janízaros. Esse processo foi longo, durante os dezoito anos em que não havia sinais de revitalização no Império.

Contudo, uma antiga rusga foi retomada em 1809. Após um período de paz incerta, os russos atacaram a fronteira otomana, dando início a uma desastrosa reação do exército otomano, que ainda se recuperava das batalhas anteriores. As tropas mal equipadas e abastecidas sofreram sérias derrotas e retiraram-se da Bulgária em direção às montanhas dos Bálcãs. Somente em maio de 1812, em Bucareste, com o apoio da Inglaterra, um acordo de paz foi selado entre russos e turcos, definindo que a Bessarábia¹³ se transformaria em uma província russa, a Sérvia receberia li-

11 . Palácio onde ficavam confinadas as esposas do Sultão, bem como seus filhos e demais parentes.

12 . O Palácio Topkapi Sarayi foi construído por Maomé II, após a tomada de Constantinopla em 1453, como residência oficial do sultanato otomano.

13 . Região histórica da Europa Oriental que atualmente engloba parte dos territórios da Moldávia e da Ucrânia.

mitada autonomia, enquanto que os territórios da Moldávia e da Valáquia permaneceriam nas mãos dos nobres que governavam em nome do Sultão.

Após essa crise, o Sultão pôde se dedicar a reorganizar o governo de suas províncias, nomeando novos governadores e chefes militares. No Egito, Muhammad Ali se mostrava um crescente problema para o poder imperial. Após a expulsão francesa e a vitória sobre os ingleses, Ali havia adquirido imenso prestígio pessoal, que foi usado para implementar rápidas modificações em seu governo, adquirindo cada vez mais ares de despotismo.

Entretanto, em 1821, estourou um novo conflito nos domínios do Sultão: a guerra da independência da Grécia. Os gregos almejavam o fim do domínio otomano havia séculos, e as ideias de liberdade e igualdade propagadas pela Revolução Francesa serviram para disseminar o sentimento de revolta. Em outras palavras, um conjunto de jovens gregos começou a tomar conhecimento da origem cultural de seu povo e dos ideais propagados pela Revolução de 1789, e procurou romper com o domínio otomano de aproximadamente quatro séculos. Segundo Anderson (2008):

Em meados do século XVIII, a labuta prodigiosa dos eruditos alemães, franceses e ingleses não só tornara acessível, num formato impresso de fácil manejo praticamente todo o conjunto remanescente dos clássicos gregos, com seus devidos anexos filológicos e lexicográficos, como também recriara, em dúzias de livros, uma antiga civilização helênica resplandecente (e decididamente pagã). No último quartel do século, esse “passado” foi se tornando sempre mais acessível a um pequeno número de jovens intelectuais cristãos de língua grega, os quais, em sua maioria, estudaram ou viajaram para fora do Império Otomano (p. 113).

A notícia da revolta grega preocupou o Sultão, que convocou os chefes do *millet*¹⁴ da Igreja Ortodoxa e o patriarca de Constantinopla para repudiarem a revolta e seus líderes, que faziam parte da sociedade secreta (*Philiki Hetairia* – “Sociedade de Amigos”), espalhada por todo o Império Otomano. O apelo religioso não surtiu o efeito desejado pelo Sultão em seus súditos rebelados, o que despertou sua ira, resultando na execução do patriarca de Constantinopla e de uma série de chefes locais, ação que geraria um movimento de revolta na cidade, onde igrejas foram invadidas e saqueadas.

Em 1823, os conflitos na capital estavam controlados, mas a batalha na Grécia tornava-se mais sangrenta e morosa. Necessitando de apoio militar para findar a revolta, o Sultão recorreu ao seu “vice-rei” no Egito, que lhe enviou tropas treinadas no estilo “Nova Ordem”, além de bem-equipadas, sob o comando de seu filho Ibrahim. A inclusão das forças egípcias começou a modificar o conflito para o lado otomano, contudo, os ataques bárbaros e a violência empregada pelas forças de Ibrahim começaram a despertar a aversão das potências centrais (França, Inglaterra e Rússia), que começaram a articular a paz através de um tratado que tornaria a Grécia um estado autônomo dentro do Império Otomano.

Enquanto a guerra se desenrolava, o Sultão passou a enfrentar outro problema interno, agora em sua capital, onde os janízaros constituíam o principal entrave para a política modernizante. Em maio de 1826, Mahmud II exigiu que o Corpo Janízaro realizasse os novos treinamentos militares com fuzis e vestisse os uniformes em

14 . No Império Otomano, o *millet* era uma corte jurídica representativa perante o sultão de uma dada comunidade religiosa. Outra definição é apresentada pelo historiador britânico David Fromkin (2008, p. 316): “A referência era a *millet*, um termo usado no Império Otomano para designar uma comunidade com direito a uma certa autonomia na administração dos negócios de seus membros”.

estilo europeu, o que ativou novamente o ímpeto de revolta dessa força militar, que rapidamente tomou conta da capital.

Procurando conter o avanço das forças janízaras que se dirigiam ao Topkapi Sarayı, o Sultão autorizou que os navios ancorados na capital apontassem seus canhões para a turba revoltosa, que se dispersou com os disparos. Nos dias seguintes, foi autorizada a caça e execução de todos aqueles que compunham a força janízara, inclusive em outras províncias. Em julho de 1826, o Corpo Janízaro foi oficialmente extinto. Os historiadores britânicos definem esse evento como o marco definitivo de início da era *Tanzimat*:

Reconhecendo a eliminação dos janízaros como marco fundamental na história otomana, autores turcos contemporâneos emprestam a esses acontecimentos uma responsabilidade eufemística ao se referirem a eles como “O Incidente Auspicioso,” um episódio que abriu uma perspectiva de futuro para o Sultão. Todavia, residentes estrangeiros do Bósforo, quando ocorreu aquele banho de sangue em junho de 1826, viram aqueles eventos mais como um fim dramático do que um começo auspicioso. “As medidas sanguinárias [...] deixaram em pânico toda a nação”, escreveu o embaixador inglês. “A principal fonte de grandeza e glória do Império Otomano se fora”, informou. E acrescentou, sem muita convicção: “O Sultão deve mostrar que pode embainhar a espada depois de fazer justiça” (Palmer, 2013, p. 93).

Em 1826, Mahmud se sentiu bastante forte para tomar o primeiro passo indispensável para a reforma. Ele dispersou e destruiu os janízaros, e nenhum dedo se levantou em sua defesa, mesmo entre os conservadores religiosos; talvez o fracasso dos janízaros em reprimir a revolta grega tivesse quebrado a sua influência sobre a imaginação popular. Esse

acontecimento abre meio século de reformas (conhecido coletivamente como *Tanzimat*) (Hourani, 2005, p. 64-65).

as forças armadas europeias afundaram a maior parte dos navios otomanos e egípcios em Navarino (Souza, 2018b, p. 71).

No oeste, a Revolta Grega ainda perdurava, passando gradativamente a guerrilha entre as forças militares otomanas e os súditos gregos do Império. Conforme o conflito se desenrolava, as grandes potências imperialistas (Inglaterra, França e Rússia) começaram a se interessar pela “Questão Grega”, sob a capa da solidariedade religiosa aos cristãos ortodoxos gregos; e em julho de 1827, assinaram o Tratado de Londres, reconhecendo a autonomia grega frente ao Sultão. No dia 20 de outubro de 1827, tropas da coalizão das potências signatárias do Tratado de Londres atacaram as tropas otomanas e egípcias comandadas por Ibrahim, na Batalha de Navarino¹⁵:

Em 1827, quando os militares egípcios tomaram Atenas, receberam com ansiedade a informação de que uma frota combinada de navios britânicos, franceses e russos havia chegado à Baía de Navarino, na Grécia. O sultão interpretou o movimento como mera tentativa de intimidação e recusou todas as tentativas europeias de mediação. O paxá egípcio, por sua vez, sabia que partir para um embate com as forças europeias seria ter seu exército destruído sem a mínima chance de vitória. O Cairo mandou representantes a Constantinopla para tentar convencer o Sultão a aceitar negociar a independência grega. Irredutível, Mahmud ordenou que fossem mantidas as operações. Em 20 de outubro de 1827,

O Sultão, procurando vingança pelas perdas, atacou as tropas gregas e russas, provocando, em abril de 1828, uma guerra contra o Império Russo do Czar Nicolau I. Os russos, em uma rápida investida nos Bálcãs, alcançaram Edirne, cidade a apenas 235 quilômetros da capital otomana. Acuado, o Sultão solicitou a intervenção das grandes potências, o que resultou no Tratado de Adrianopole, em 14 de setembro de 1829, que pôs fim à guerra e ratificou a independência grega ante a Sublime Porta¹⁶. A partir desse momento, a questão da solidariedade religiosa passou a integrar a pauta das grandes potências, para interferir diretamente no Império Otomano.

O reinado do Sultão Mahmud se deparou com uma nova revolta. Ibrahim, almejando ganhos territoriais após a fracassada campanha na Grécia, invadiu, no final de 1831, o deserto de Gaza, conquistando as cidades de Jaffa, Jerusalém e Haifa, avançando até o interior da Anatólia. O Sultão, desesperado, pediu ajuda ao seu vizinho russo para conter os “rebeldes”, o que novamente veio afluír a intromissão das grandes potências em assuntos internos otomanos. Um acordo de paz foi selado entre o sultão e seus súditos, alçando Ibrahim à posição de governador de Damasco, Aleppo e Adana; e de Muhammad Ali como governador do Egito e de Creta.

¹⁵ . Durante a guerra da independência grega, os exércitos otomano e egípcio foram atacados por uma força naval composta pelos signatários do Tratado de Londres de 1827 (Inglaterra, França e Rússia). O confronto ocorreu na baía de Navarino, no dia 20 de outubro de 1827.

¹⁶ . Sublime Porta, Porta Otomana ou, simplesmente, Porta eram as designações correntes, entre 1718 e 1922, ao governo do Império Otomano. O termo é uma tradução da expressão turca *Bab-i Ali* (literalmente, grande portão ou porta principal), dada ao monumental portão de entrada do palácio que abrigava a corte do Sultão (Fromkin, 2008, p. 35).

Em julho de 1839, após 31 anos de governo, o Sultão faleceu, legando ao seu filho mais velho, Abdulmecid, o trono otomano, com uma série de problemas territoriais e políticos. Todavia, Muhmud II havia, após a queda definitiva do Corpo de Janízaros e durante o seu turbulento reinado, realizado reformas administrativas, como a criação dos departamentos de Justiça, Administração Civil, Comércio e Finanças, até então inexistentes. Paralelamente, as forças armadas haviam sido modernizadas, o exército (com a entrada de oficiais russos, ingleses, franceses e prussianos nos quartéis) e a marinha (com a utilização de navios a vapor); as vestimentas militares também foram alteradas para o estilo europeu¹⁷. O recém-criado Conselho de Agricultura e Comércio tinha o objetivo de desenvolver a agricultura para promover o desenvolvimento de uma indústria de base agrária, com isso as estradas passaram por um amplo processo de reparação, especialmente no território da Anatólia, para implantar o serviço postal otomano.

O reinado de Abdulmecid, assim como o de seu pai, foi marcado pelo conflito interno e externo, mas principalmente por mudanças jurídicas na sociedade otomana. O novo Sultão colocou Mustafa Raşid, emissário especial na Europa e defensor das reformas “ocidentalizantes”, como Ministro do Interior. Como consequência, no dia 3 de novembro, foi promulgado um édito imperial (“Decreto Gulhane”, como ficou conhecido), declarando a igualdade entre otomanos muçulmanos e os outros povos não muçulmanos residentes no Império. Segundo o historiador Alan Palmer (2013):

O “Decreto Gulhane” divulgou para o mundo a intenção de Abulmecid de reinar como um Sultão esclarecido. Ele protegeria as vidas e as propriedades de súditos, introduziria um código de justiça garantindo a igualdade de direitos de muçulmanos, cristãos e judeus perante a lei e instituiria um sistema regular de cálculo e arrecadação de impostos. Além disso, se empenharia para fortalecer e respeitar os conselhos de consulta legislativa, criados por seu pai, e criaria um método justo de recrutamento de seus súditos para servir no exército e na marinha modernizados (p. 106-107).

No plano interno, o Sultão passou a enfrentar a rebeldia de seus governadores na Síria e no Egito, reacendendo a chama do conflito iniciada por seu pai anos antes. As grandes potências europeias (Inglaterra, França, Prússia e Rússia), vislumbrando novos conflitos em áreas de interesses comerciais, passaram a organizar um coalizão para arbitrar o conflito e conservar as linhas territoriais do Império Otomano. Em 1841, após sucessivas derrotas pelas forças turcas, apoiadas pela marinha e tropas inglesas, Ibrahim retirou-se da Síria e retornou para o Egito, fazendo com que Muhammad Ali assinasse um tratado retirando suas tropas de Creta, da Arábia e territórios adjacentes. Em contrapartida, o Sultão o reconheceu como Vice-Rei vitalício do Egito, assegurando à sua família o direito de herança no trono egípcio.

Após a resolução da crise egípcia, o Sultão e seu Ministro do Interior puderam se concentrar nas reformas administrativas e sociais, propostas no “Decreto Gulhane” (1839), o que poderia pôr fim a intervenções políticas estrangeiras (Rússia, França e Inglaterra). Uma vez que a questão das minorias cristãs residentes no Império era usada como subterfúgio para intervenções (por exemplo, no caso grego), o Sultão promulgou leis contra o tráfico

17 . Na mesma época, passou a circular, no Império Otomano, uma publicação oficial, editada em turco e francês, com o título de *Court Gazette* (tradução: *Diário da Corte*).

de escravos e condenou oficialmente as perseguições religiosas às populações cristãs.

Em 23 de outubro de 1840, o sistema de correios foi reorganizado com o estabelecimento do Ministério Postal, sob o comando de Ahmet Şükrü Bey, submetido ao Ministério do Comércio, sendo aberta no mesmo ano, em Constantinopla, a primeira agência do correios otomana. Em 1863, o Império Otomano passou a usar selos postais, em substituição ao antigo sistema de taxas sobre correspondência, em que o ônus ficava a cargo do destinatário, tornando-se o segundo estado independente da Ásia a imprimir e utilizar selos.

FIGURA 1 - PRIMEIRO SELO OTOMANO IMPRESSO EM 1863, CONTENDO A TUGHRA/ O MONOGRAMA DO SULTÃO ABDULAZIZ (1830-1876).



Fonte: Kloetzel (2007).

Enquanto isso, Raşid procurava desenvolver uma administração civil eficiente, incentivando a criação de escolas de cunho secundárias e uma universidade nos moldes europeus. Contudo, teve de enfrentar a revolta da *ulema*¹⁸ e das autoridades militares responsáveis pelos centros de educação da época, o que fez com que o projeto da universidade fosse embargado e as escolas secundárias ficassem restritas a poucas unidades nas áreas de influência direta da capital, como a Escola de Serviço Público (*Mekteb-i Mulkiye*), inaugurada em 1859. Depois dessa derrota, Raşid foi designado como embaixador em Paris, tendo retornado diversas vezes para Constantinopla para assumir o cargo de grão-vizir.

Uma questão interessante, resultado da reforma educacional de Raşid enquanto Ministro do Interior e Grão-Vizir, foi o desenvolvimento, nas poucas escolas que conseguiu construir, de uma intelectualidade reformadora, que incluía Ahmed Cevdet¹⁹, Mehmed Emin Ali e Kececizade Mehmed Fuad, oriundos da classe média de comerciantes da capital, os quais conseguiram galgar postos na administração turca, constituindo-se como o núcleo ocidentalizante de herdeiros de Raşid e passando a disputar entre si o título de Grão-Vizir em diversas ocasiões. Inaugurando um período de hegemonia da Sublime Porta sob o poder do sultanato na coordenação das reformas no interior do Império, Raşid foi responsável pela construção de escolas, pela configuração de um sistema postal e pela construção de pontes, faróis e estradas de ferro.

Em 1853, uma crise política envolvendo a ocupação por tropas russas nos principados da Moldávia e da Valáquia, ameaçando o

18 . Pode ser entendida como a comunidade muçulmana responsável pelos ritos religiosos e guardiões da *charia*, a lei sagrada presente no Alcorão.

19 . Foi o primeiro diretor da Escola de Preparação de Professores, fundada em 1846, sob o patrocínio de Mustafa Raşid, destacando-se como escritor e acadêmico.

Império, mostrou-se com um dos maiores desafios ao Sultão. Distúrbios ocorreram na capital, onde fanáticos religiosos, incentivados pela *ulema*, exigiam uma resposta, e forças navais da França e da Inglaterra se posicionavam nas proximidades para auxiliar o governo no controle social e na defesa da cidade. Forças egípcias, comandadas por Abbas Hilmi (neto de Muhammad Ali), se uniram ao exército modernizado do *Tanzimat* e rumaram ao encontro das forças russas para o embate, que ficou conhecido como a Guerra da Crimeia (1853-1856).

A guerra terminou em 1856, com perdas militares para o lado otomano, especialmente de suas forças navais, no ataque à cidade de Sinope²⁰; e perdas territoriais para o lado russo, que restituiu ao governo otomano parte da Anatólia oriental, conquistada durante o conflito. No mesmo ano, foi realizada uma conferência de paz em Paris, reunindo as potências que apoiaram o Império, este representado pelo Grão-Vizir Mehmed Emin Ali, e os russos. Isso culminou com a assinatura de um tratado de paz, que determinou a criação de governos nacionais na Moldávia e na Valáquia, porém com nominal submissão à Sublime Porta; a desmilitarização de toda a orla do Mar Negro; e a emissão de um novo édito imperial pelo Sultão, reafirmando o “Decreto Gulhane”. Como efeito do tratado de paz, um novo Código Civil Otomano foi promulgado em 1858.

Esse evento representou a integração do Império Otomano ao corpo de nações que compunham a sociedade internacional do século XIX. Porém, em que pese a igualdade prevista no Tratado de

20 . A batalha naval de Sinope, ocorrida em 30 de novembro de 1853, onde a esquadra naval russa destrói os navios da Marinha Otomana ancorados no porto da cidade de Sinope.

Paris e em outros acordos posteriores, teve por objetivo a subordinação da soberania otomana aos interesses das nações europeias, sobretudo no que diz respeito às minorias cristãs residentes no Império (sochaczewski, 2017). Abriu espaço para a construção do que ficou conhecido, na diplomacia europeia, como a “Questão Oriental”²¹, em que as potências intervinham na política interna otomana.

Após a guerra da Crimeia, houve a intensificação da presença estrangeira no Império, com a entrada de imigrantes de diversas regiões da Europa, tais como embaixadores das grandes potências, aventureiros, técnicos e engenheiros europeus, integrantes de missões militares e refugiados cristãos. Segundo Palmer (2013):

Os refugiados trouxeram não apenas mais vitalidade para uma região específica próxima à capital, mas também muito do nacionalismo romântico que tumultuara a Europa Central e os Bálcãs Ocidentais nas duas décadas anteriores e era, até então, um conceito estranho à Anatólia. [...] Os recém-chegados provinham de todas as classes e eram de ambos os sexos: soldados rasos e especialistas navais; jornalistas; enfermeiros; dignitários de estado e políticos ambiciosos vindos de Londres e Paris; engenheiros civis; sacerdotes católicos e protestantes; e especialistas em ferrovias, em telegrafo elétrico e outras facetas da nova tecnologia (p. 128-129).

21 . Ao longo do século XIX, o Império Otomano manteve oficialmente sua soberania, embora tenha perdido diversos territórios para o domínio europeu, bem como para nacionalistas diversos. A garantia incondicional de sua integridade territorial era como o “Santo Graal” da diplomacia otomana (McMeekin, 2010, p. 108). A questão de seu possível desmembramento total e seu impacto nas relações intraeuropeias ficou conhecida então como “Questão Oriental”. A competição entre a Grã-Bretanha e a Rússia nas bordas ganhou o título de “Grande Jogo” (Sochaczewski, 2017, p. 60).

Com o afluxo de imigrantes no Império, houve igualmente um crescimento de capitais estrangeiros investidos em diversos setores da economia otomana, o que, em curto prazo, proporcionou a captação de recursos financeiros que a Sublime Porta necessitava para implementar as reformas administrativas e de infraestrutura de que a economia tanto necessitava. Contudo, o Sultão Abdulmecid utilizou grandes somas dos empréstimos na construção do Palácio de *Dolmabache*, um monumento arquitetônico símbolo da opulência otomana almejada pelo *Tanzimat*.

O Dolmabanche é um monumento tão característico da era *Tanzimat* quanto foi a Ópera de Paris de Garnier para o Segundo Império, ou a estação St. Pancras para a Londres vitoriana. Em quatrocentos anos, o *Topkapi Sarayi* cresceu e se transformou num complexo administrativo, enriquecido pela quantidade de obras de arte que adornam seus inúmeros salões. Ao contrário, o Dolmabanche, desde o dia em que o Sultão adotou como residência, se distinguiu como espetacular e singular obra de exibição, o Versalhes que virou Veneza. [...] Em termos arquitetônicos, o palácio que projetaram era um microcosmo de um império centralizado e era exatamente isto que Abdulmecid desejava. O Dolmabanche afirmava sua confiança no futuro. Ao contrário de sultões anteriores, ele não queria apenas ocidentalizar o passado otomano. Buscava valorizar sua herança com uma grandeza imperial digna da mais nova grande potência que o Concerto da Europa acolhia e garantia (Palmer, 2013, p. 130-131).

O próprio Sultão nem chegou a desfrutar do próprio palácio, cabendo ao seu sucessor, Abdulaziz, o trono otomano. Logo no

início de seu governo, reformas foram feitas no Código Civil, e um Código Comercial foi editado. No campo educacional, foi expandido e remodelado o Liceu Galatasaray em 1869, como uma escola secundária nos moldes europeus para a formação dos servidores civis do regime otomano, onde se ensinava francês e latim. O sistema financeiro também se desenvolveu às custas dos empréstimos estrangeiros, em 1863, foi fundado o Banco Imperial Otomano, assim como instituições francesas como *Société Générale de l'Empire Ottoman*²² e *Crédit Général Ottoman*²³, hipotecando o futuro financeiro a investidores franceses e ingleses.

Em 1873, uma crise financeira causada pela dissolução da bolsa de valores de Viena (Áustria) veio para produzir o pânico financeiro do Império dependente do financiamento do capital estrangeiro. Os gastos excessivos com a manutenção da corte do Sultão e a má alocação dos recursos dos empréstimos acabam tendo por consequência o crescimento de débito para com seus credores europeus, bem como o agravamento de uma crise interna. Em 1875, incapaz de realizar os pagamentos da dívida pública, o estado otomano decretou falência. Em paralelo, revoltas eclodiram em Montenegro, Búlgara e Sérvia. A sucessão de crises veio abreviar o reinado do Sultão Abdulaziz²⁴, que foi deposto por altos funcionários otomanos em favor de seu sobrinho, Murad IV, em 1876. Sobre

22 . Sociedade Geral do Império Otomano, tradução do francês.

23 . Crédito Geral Otomano, tradução do francês.

24 . Podemos encontrar referências sobre a deposição do Sultão Abdulaziz na obra machadiana, na crônica “1 de julho de 1876”, publicada na Revista Ilustração Brasileira: “Pelos barbas do Profeta! Há nada menos maometano que isto? Abdul-Aziz, o último sultão ortodoxo, quis resistir ao 89 turcos; mas não tinha sequer o exército e caiu; e, uma vez caído, deitou-se da janela da vida a rua da eternidade. (Assis, 2011, p. 30)”.

a crise financeira, Souza (2018) afirma que esta ratificou a entrega da economia otomana ao capital estrangeiro:

Ao longo dos próximos vinte anos, o Império contraiu 14 acordos de empréstimos adicionais junto a agentes europeus. Em 1876, incapaz de pagar as dívidas, a Sublime Porta declarou falência, acelerando um processo que culminou em sua submissão aos interesses financeiros europeus e a perda do controle sobre suas próprias fontes de renda (p. 138).

Murad IV, incapaz de lidar com a pressão causada pelas revoltas na região dos Bálcãs e com a crise financeira do Império, abdicou em favor de seu irmão mais jovem, Abdulhamid II, entronado sultão em 31 de agosto de 1876. Ao assumir o poder, o novo Sultão procurou se afirmar como um defensor do *Tanzimat*, propondo a elaboração de uma constituição para o Império. Para tanto, nomeou um “junta parlamentar” por 22 membros, divididos entre veteranos na administração imperial, membros do *ulemá* e oficiais de alta patente do exército, tendo como grão-vizir Midhat Pashá²⁵. Promulgada em 1876, instituiu um sistema parlamentar formado por duas câmaras e convocou eleições. Durante o biênio de 1876 e 1877, eleições foram realizadas em diversas províncias e na capital, finalizadas em março de 1877. A *Meclis-i Mebusan* (Câmara dos Deputados) foi aberta, sendo composta de 71 muçulmanos, 44

25 . Modernizador e governador provincial otomano, foi grão-vizir no sultanato de Abdullaziz, em 1872, porém foi dispensado do cargo por propor a federalização do Império e investigar casos de corrupção na corte do Sultão. Voltou a integrar o governo como grão-vizir em 1876 e atuou na estruturação do Constituição. Contudo, suas tentativas de realizar reformas administrativas, especialmente com a admissão de cadetes cristãos nas escolas militares, provocaram a reação das camadas conservadoras ligadas ao Sultão Abdulhamid, ocasionando seu exílio em poucos meses.

cristãos e 4 judeus. E, posteriormente, o Sultão começou a nomear os integrantes da *Meclis-i Ayan* (Câmara dos Notáveis), formada majoritariamente por elementos muçulmanos (Palmer, 2013).

Mas as transformações políticas na sociedade otomana acarretaram o surgimento de um nacionalismo majoritariamente turco-muçulmano e de acalorados debates na *Meclis-i Mebusan* contra o despotismo do Sultão, que mandou dissolver as câmaras. Os russos, observando os problemas internos otomanos, retomaram a ofensiva; e os otomanos, incapazes de fazer frente ao avanço inimigo, assinaram o Tratado de Berlim, pondo fim aos embates. O tratado, porém, consolidou as posições russas nos Bálcãs, entregou a ilha Chipre ao domínio das grandes potências, além de promover a efetiva independência da Bulgária, Montenegro, Sérvia e Bósnia-Herzegovina, sendo os novos estados herdeiros de parcelas da dívida pública otomana.

A crise financeira otomana iniciada no sultanato Abdullaziz perdurou até 1879, quando a Sublime Porta e os credores europeus assinaram um acordo, ratificado pelo Sultão somente em 1887, por meio do Decreto de Mouharrem, cedendo o controle sobre as fontes de renda do Império para o pagamento dos empréstimos. O decreto outorgava a administração da dívida pública otomana pelos bancos europeus sediados em Constantinopla (principalmente, franceses), além de ceder os lucros obtidos na alfândega, pois os impostos sobre a seda, a pesca, o tabaco, as bebidas alcoólicas e os selos postais ficaram entregues ao monopólio estrangeiro (Mcmeekin, 2011). Essa crise permitiu que o Império Otomano perdesse definitivamente o controle sobre a semi-independente província egípcia em 1883, que passou para a orla de dominação inglesa devido aos empréstimos concedidos ao governador Ismail

para a construção do Canal de Suez²⁶, utilizando como subterfúgio a existência de uma crise interna para intervir militarmente e assegurar os interesses de capitalistas ingleses que possuíam ações do canal.

O Ministério das Finanças foi remodelado para atender as demandas financeiras impostas pelos credores, bem como foi proposto um projeto de enxugar a máquina pública otomana, o que significou perda da autonomia financeira frente ao capitalismo europeu, que passou a controlar definitivamente o desenvolvimento comercial e industrial no Império Otomano, terminado por rebaixar consideravelmente seu status como membro do concerto europeu das nações. Apesar disso, o desenvolvimento proposto pelo *Tanzimat* continuou, embora mais ligado à iniciativa do capital estrangeiro que a uma política otomana:

O ciclo de reformas continuou: melhor educação pública, um banco de crédito agrícola para a atividade mais difundida e menos progressista, mais comunidades urbanas, mais estradas pavimentadas e iluminação a gás, e a padronização de procedimentos nos tribunais criminais e civis, embora, para a sua grande irritação, o Sultão não conseguisse abolir os privilégios legais de residentes estrangeiros por antigos tratados que estabeleceram as “Capitulações”. [...] Em 12 de agosto de 1888, o primeiro trem atravessando a Europa chegou a Constantinopla. A partir de novembro, já era possível um viajante deixar Paris no Expresso do Oriente às 7h30 da noite de quarta-feira e, depois

de uma jornada de 3.000km sem baldeação, passando por Munique, Viena, Budapeste e Belgrado, desembarcar em Istambul, em “um telheiro alongado no meio do nada” no horário previsto, 5h35 da tarde de sábado (Palmer, 2013, p. 173).

Nos últimos anos do século XIX, novas crises ameaçaram a integridade do Império Otomano, envolvendo a Armênia, a Ilha de Creta e a Macedônia. No território que compreendia os seis *vilayets*²⁷ orientais (Erzerum, Van, Diyarbekir, Sivas e Manuret), revoltas populares eclodiram em prol da emancipação armênia e foram duramente reprimidas pelo governo central. Em fevereiro de 1896, a comunidade grega em Creta organizou uma revolta contra o domínio otomano; no ano seguinte, a Grécia declarou guerra à Sublime Porta pela anexação da ilha, conflito que ficou conhecido como a Guerra dos Trinta Dias.

Durante a batalha, as modernizações militares no exército do Sultão, com a utilização de armas e instrutores prussianos, demonstraram resultado positivo, com a vitória otomana. Contudo, as potências europeias intervieram no conflito, selando definitivamente a entrega de Creta aos gregos em troca de indenizações financeiras, enquanto o domínio otomano no território macedônico se fortaleceu. Esses conflitos, embora consolidassem a posição do Império Otomano frente às nações europeias, ocasionaram a degradação da figura do Sultão Abdulmecid, que passou a ser conhecido nos jornais como “Abul, o Maldito” ou “O Grande Assassino” (Palmer, 2013).

26 . O Canal de Suez é uma construção que permite a comunicação fluvial ao nível do mar, localizada no Egito, entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho. Importante via de comunicação, edificada entre 1859 a 1869, que permite o transporte de mercadorias entre o Ocidente e o Oriente.

27 . Província otomana.

Temendo a perda de novos territórios para as grandes potências, o Sultão implementou uma maior centralização político-administrativa sobre as regiões sobre seu domínio. Em 1861, a região do monte Líbano tornou-se uma unidade administrativa especial, chamada de *Mutassariflik*, governada diretamente pela Sublime Porta; em 1888, foi a vez da região de Jerusalém, bem como foi patrocinada uma propaganda pan-islâmica encabeçada pelo Sultão em prol de sua soberania como Califa sobre os povos muçulmanos.

O Império Otomano, com o seu sistema financeiro entregue ao capitalismo francês e sob constante ameaça militar russa e inglesa, necessitava de uma grande potência, capaz de fornecer apoio externo e capital para o desenvolvimento de uma infraestrutura capaz de consolidar os seus domínios na região do Oriente Médio. Foi neste momento que se iniciou o fortalecimento da influência prussiana na Sublime Porta. A vitória otomana por tropas treinadas por instrutores alemães, em conjunto com a segunda visita do imperador Wilhelm II aos domínios do Sultão, em 1896, selou definitivamente o alinhamento entre os dois impérios. Isso culminou em assinaturas de tratados prevendo vantagens comerciais e econômicas para a instalação de empresas alemãs nos territórios otomanos, tais como a Anatolian Railways²⁸.

Os alemães obtiveram vantagens culturais e materiais com a expedição de seu soberano por aqueles “povos antigos”, como preferia chamá-los. Em termos materiais, as importações de artigos alemães pela Turquia passaram de 6% em 1897 para 21% em 1910, em prejuízo de Inglaterra e França, em particular. [...] Porém, os três principais agentes da

influência alemã na Turquia eram os vendedores de armamento, os banqueiros e os engenheiros ferroviários. Em dezesseis anos, a indústria alemã forneceu 200 locomotivas e cerca de 3.500 vagões de passageiros e de carga para a Anatolian Railways e seu ramal de Bagdá, assim como trilhos de aço para as ferrovias (Palmer, 2013, p. 192-193).

Paralelamente ao projeto de centralização administrativa encabeçada pelo Sultão, um nacionalismo otomano e turco começou a tomar forma através de um movimento da juventude intelectual do Império, que ficou conhecido como Jovens Turcos. Uma elite intelectual formada nas academias militares, na Escola de Serviço Público, no Liceu Galatasaray e em outras instituições de ensino formou o corpo político nacionalista de contestação ao governo do Sultão, com forte organização na última década do século XIX. Organizaram, em fevereiro de 1902 e dezembro de 1907, congressos de exilados políticos e oficiais militares, em que duas correntes de pensamento disputavam o poder da organização. A primeira era defendida pelo príncipe Sebahattin, que defendia a união entre civis e militares, apoiados materialmente por países estrangeiros, para derrubar o Sultão. Estes ficaram conhecidos como “Intervencionistas”. O segundo grupo era de posição contrária e defendia a primazia da ala militar no interior do movimento, passaram a adotar o nome de Comitê de União e Progresso – CUP (*ittihad ve Terakki Cemiyeti*).

No segundo congresso, realizado em 1907, em Paris, a CUP tornou-se a corrente predominante dentro do movimento, passando a englobar também a Sociedade Otomana para a Liberdade (*Osmanli Hurriyet Cemiyeti*), fundada pelo funcionário dos correios

28 . Empresa de capital alemão que atuava no transporte ferroviário na região da Anatólia.

otomanos (Mehmed Tallat); e o movimento secreto Pátria (*vatan*), fundado por Mustafa Kemal, ambos em Salônica, na Macedônia, território extremamente delicado, sob suserania otomana nos Bálcãs. Deflagraram uma rebelião em 1908, tendo como base as fileiras militares do exército otomano estabelecido na Macedônia, que terminaria com a deposição do Sultão Abdulmecid e inauguraria a fase da monarquia constitucional no Império Otomano (Burak, 2003; Palmer, 2013).

Os séculos XIX e XX foram o período mais conturbado da história otomana, nos quais é possível observar o lento processo de desintegração do Império Otomano. A invasão ao Egito pelo exército francês, comandado por Napoleão Bonaparte em 1798, inaugurou a era em que as potências europeias começaram a interferir diretamente no destino dos sultões em Constantinopla e seus súditos. Procurando inicialmente uma forma de reorganizar as suas forças militares nos moldes europeus para impedir invasões territoriais, os sultões logo se viram cercados pela urgente necessidade de melhorar a estrutura administrativa e econômica, fazendo com que se iniciasse um processo de modernização da sociedade otomana, conhecido como *Tanzimat* (1839-1876).

Entre as décadas de 1860 e 1890 começou a se formar uma comunidade de funcionários públicos, professores, intelectuais e oficiais militares, formados nas principais escolas e liceus construídos sobre os auspícios do *Tanzimat*. Indivíduos instruídos, incutidos pelo pensamento reformador, passaram a galgar postos de prestígio na administração otomana.

Conjuntamente, houve mudanças no Estado imperial otomano, sendo o “Decreto Gulhane” (de 3 de novembro de 1839) e a Constituição de 1876 as tentativas de efetivar a igualdade jurídica

entre turcos muçulmanos e outros povos, além de propor a representação da sociedade dentro do Estado. Contudo, o convívio das diferentes comunidades que compunham o Império se deteriorou no decorrer do século XIX, com o surgimento de movimentos nacionalistas que buscavam promover a independência política de suas próprias comunidades. Essas organizações se utilizaram dos *millets* para a construção de suas próprias identidades nacionais, construindo um passado através de uma narrativa de continuidade, como o passado pré-otomano (santos, 2018, p. 37), por exemplo, o caso da Grécia entre os anos de 1821 e 1829.

No que diz respeito à estrutura socioeconômica, apesar do aparente desenvolvimento em Constantinopla, o sistema financeiro e ramos essenciais da produção, como transportes, construção, comunicação e exportação, se desenvolveram através do capital imperialista da Inglaterra, França e Alemanha, relegando ao Império Otomano a produção de matérias-primas e manufaturas de baixa tecnologia, circunscritas à região da Anatólia.

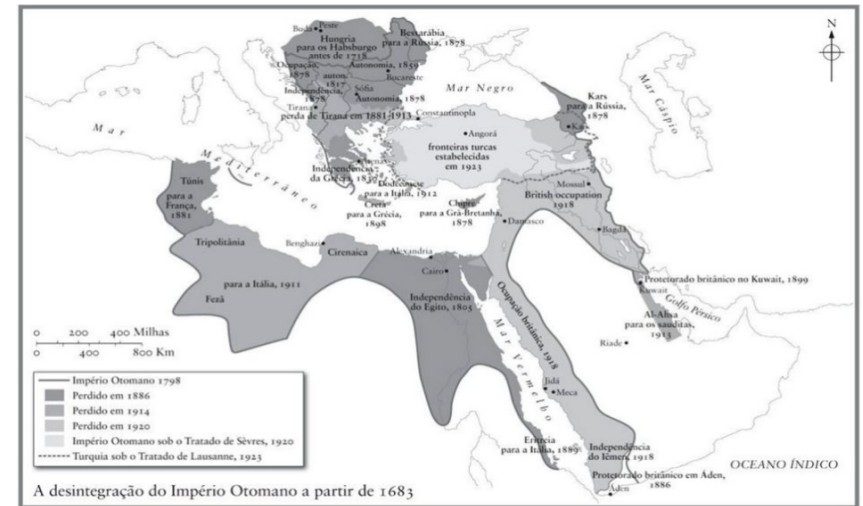
Paralelamente a esse aparente processo de modernização do Estado otomano, é possível ver a sua desintegração territorial em prol dos interesses imperialistas, da Inglaterra e da Rússia, que se digladiavam pela supremacia econômica e política na Europa. Segundo a historiadora Maria Yedda Linhares (1982):

Neste momento, ou seja, ao longo do século XIX e até a Primeira Guerra Mundial de 1914-1918, cabia, primeiramente à Grã-Bretanha, maior soma de interesse nas terras asiáticas do Império Otomano, na medida em que elas comandavam as rotas de acesso à Índia. Interesse estratégico, portanto. Mas cabia também ao Império czarista defender a sua política de acesso direto ao Mediterrâneo

oriental (um mar quente), fazendo-o sair de sua famosa “prisão continental”, já denunciada desde os tempos de Pedro, o Grande. E, para tanto, era-lhe necessário enfrentar o otomano e favorecer o seu enfraquecimento através do fortalecimento das aspirações nacionalistas dos povos subjugados pelos turcos (rumanos, búlgaros, gregos, eslavos do sul). Por outro lado, a expansão territorial do Império russo em direção ao sul colocava a questão estratégica, para os russos, de controle sobre a Pérsia (o Irã de hoje) e sobre o Afeganistão, originando os sucessivos atritos com o governo britânico que caracterizaram os episódios diplomáticos e armados da rivalidade anglo-russa ao longo do século XIX (p. 14).

Nos anos iniciais do século XX, vemos o surgimento de uma propaganda pan-islâmica procurando soerguer a instituição do sultanato, que vinha caindo em declínio, devido tanto à perda de prestígio pelo desmembramento territorial e golpes de Estado, quanto ao surgimento de um corpo burocratizado de funcionários públicos, tendo como símbolo a Sublime Porta. Isso ocasionou a criação de um nacionalismo otomano, mais especificamente turco, entre a camada intelectual de oficiais militares que passaram a constituir a oposição ao regime, sendo identificados como Jovens Turcos. Com o aumento das medidas centralizadoras pelo Sultão e a pressão internacional das grandes potências em prol da política imperialista, uma revolução eclodiu em 1908, no desgastado Império.

MAPA I - IMPÉRIO OTOMANO, NO AUGE DE SUA EXPANSÃO ATÉ O DECLÍNIO.
TÍTULO ORIGINAL: A DESINTEGRAÇÃO DO IMPÉRIO OTOMANO A PARTIR DE 1863



Fonte: Ferguson (2016, p. 86).

CAPÍTULO II

REVOLUÇÃO E NACIONALISMO: A POLÍTICA OTOMANA DOS JOVENS TURCOS

Neste segundo capítulo, tratamos da representação imagética do pensamento político de cunho nacional no Império Otomano, que se pretendia integral e uno, mas que continha inúmeras nacionalidades em seu interior, – fato este ratificado pela sucessão de perdas territoriais que se segue no século XIX, que proporcionou a criação de diversos estados independentes na Europa Oriental –, por meio das imagens oficiais produzidas pelo Estado, neste caso, sua produção filatélica. Para isso, partimos do conturbado ano revolucionário de 1908, quando foi instituído algo semelhante a uma monarquia constitucional no Império, para compreendermos o despertar do nacionalismo, e os *operadores*, ou seja, os agentes produtores das imagens, que, neste caso, são os integrantes do movimento dos Jovens Turcos.

Partindo desta premissa, o biênio de 1908-09 foi intensamente turbulento para o Império Otomano, e assim como ocorrem na maioria das revoluções burguesas, as transformações causaram não a queda do antigo regime, mas a sua transfiguração. Neste caso, a já fragilizada instituição do sultanato otomano torna-se

uma monarquia constitucionalista, que rapidamente declina para um triunvirato. O Comitê de União e Progresso (CUP), formado pela intelectualidade administrativa e militar beneficiada pelas reformas da era *Tanzimat*, via-se no controle do aparelho do Estado imperial, enquanto que, ao Sultão, ficaria relegada a função de aparelho ideológico do Estado, subdividindo sua atuação em três sistemas: político, ao propor legalidade ao domínio da CUP; cultural, por ser uma instituição com séculos de história; e religioso, pelo fato de o Sultão otomano possuir o título de Califa²⁹. Contudo, nem todos os setores da sociedade otomana concordavam com a reconfiguração política em voga, e isso é demonstrado na tentativa contrarrevolucionária e nos embates políticos que se seguem e que abriram espaço para a criação de nacionalismos, entre os quais, o turco e o árabe.

Os acontecimentos do verão de 1908 na província macedônica do Império Otomano espalharam um sentimento de revolta por toda a região ocidental do Império, congregando em torno da CUP tanto a elite militar quanto setores da administração pública. Um importante elemento da sociedade otomana que também apoiou a CUP foram as populações cristãs do Império, na esperança de conseguirem maior representatividade política em um governo constitucional (Burak, 2003). Os insurgentes defendiam o restabelecimento da Constituição de 1876, a reabertura do *Meclis-i Mebusan* (Câmara dos Deputados) e a igualdade entre os diferentes povos que habitavam o Império. O Sultão, incapaz de conter

29 . A palavra califa designa o sucessor do profeta Maomé, pois quando o profeta veio a falecer no ano de 632, a comunidade muçulmana escolheu seu sucessor, que passou a ser chamado de *Khalifat Rasul Allah* (o sucessor do Profeta de Deus). Desse modo, o califa ocupa a posição de líder temporal e espiritual da comunidade islâmica, bem como defensor dos lugares sagrados (as cidades santas de Meca e Medina).

o movimento, publicou uma ordem imperial em 24 de julho de 1908, anunciando o retorno da Constituição de 1876. Em sucessivos decretos imperiais, determinaram a anistia dos prisioneiros e exilados políticos, o fim das prisões arbitrárias, a igualdade de raça, bem como de religião, a concessão de liberdade de imprensa, os direitos de associação política e, por fim, uma reorganização governamental, exemplificada pela convocação de um parlamento eleito (Palmer, 2013).

Para o historiador turco Durdu Mehmet Burak (2003), a revolução de 1908 contou com amplos setores da população, incluindo as já mencionadas populações cristãs, mas também comerciantes, intelectuais, militares e funcionários públicos das diversas etnias (drusos, circassianos, árabes, cristãos, armênios, judeus, etc.), que conviviam no interior do Império e produziram uma ampla frente constitucional, que organizou greves e protestos na defesa de uma ideologia burguesa e nacionalista, voltada ao “otomanismo”, que era a união e a integração das diferentes partes que compunham o Império otomano para impedir a sua desintegração:

A Monarquia Constitucional não é um golpe palaciano ou obra das camadas superiores da sociedade, mas um movimento que conta com ampla base social, pessoal e apoio de massa (como soldados, intelectuais, autônomos, mercadores, etc.) nas classes médias. Por outro lado, a Monarquia Constitucional chama a atenção não apenas como um movimento baseado em acumulações profundas e longas, mas também por sua natureza exangue e pacífica. A transição do regime opressor para o constitucionalismo foi possível por meio de um compromisso. O sultão expressa seu consentimento à monarquia constitucional e as forças contra ele aceitam sua permanência no trono. Este mo-

vimento é o primeiro e último movimento em que elementos turcos e não turcos do império embarcaram em uma base democrática e liberal de acordo. A ideologia em primeiro plano é o “otomanismo”. Uma compreensão da legitimidade baseada nos princípios de liberdade, igualdade, fraternidade e justiça prevalece no esforço para proteger o Império da interferência estrangeira e para manter a integridade (Burak, 2003, p. 302-303)³⁰; ³¹.

Essas medidas provocaram um clima de comoção interna e externa, pois jornais turcos e a imprensa mundial publicavam artigos em seus periódicos abordando o retorno da Constituição e a abertura de um governo democrático no antigo Império Otomano. Nesse ínterim, surgiram vários partidos para as disputas das eleições de 1908, realizadas entre novembro e dezembro, como a União Liberal Otomana (*Osmanlı Ahrar Firkası*) e a própria CUP, que passou a se organizar como partido político para concorrer, tendo seus integrantes identificados com Unionistas. As eleições foram realizadas no final de 1908; dos 285 deputados, 160 foram eleitos pela legenda da CUP, majoritariamente árabes e turcos, mas havia também albaneses, gregos, armênios, eslavos, e judeus (Burak,

30 . Tradução do autor.

31 . Original: *Meşrutiyet, bir saray darbesi veya toplumun üst tabakalarının bir eseri olmayıp, geniş bir toplumsal tabana oturan, kadro ve kitle dayanaklarını (askerler, aydınlar, serbest meslek sahipleri, tüccar vb. gibi) orta sınıflarda bulunan bir harekettir. Öte yandan Meşrutiyet, köklü ve uzun birikimlere dayanan bir hareket olması kadar, kansız ve barışçı bir şekilde gerçekleşmiş olmasıyla da dikkati çeker. Baskıcı yönetimden meşrutiyete geçiş bir uzlaşmayla olabilmıştır. Padişah meşrutiyete nza göstermekte, karşısındaki güçler de onun tahtta kalmasını kabullenmektedir. Bu hareket, imparatorlukta Türkiye ve Türk olmayan unsurların demokratik ve liberal bir anlaşma zemini içinde giriştikleri ilk ve son harekettir. Ön plandaki ideoloji “Osmanlıcılık”tır. İmparatorluğu dış müdahalelerden koruma ve bütünlüğü sürdürme güdüsü içinde, hürriyet, eşitlik, kardeşlik ve adalet ilkelerine dayanan bir meşruluk anlayışı egemendir* (Burak, 2003, p. 302-303).

2003). O embaixador norte-americano Henry Morgenthau³², que atuou junto à Sublime Porta em Constantinopla (entre os anos de 1913 e 1916), apresenta, em seu livro biográfico/memorialista, a conjuntura propagada pela mídia impressa internacional:

Antes de ir para a Turquia, eu tinha ideias muito diferentes sobre a organização. Já em 1908, lembro-me de ter lido notícias sobre a Turquia que agradavam fortemente minhas convicções democráticas. Esses relatos me informavam que um grupo de jovens revolucionários havia partido das montanhas da Macedônia, marchando sobre Constantinopla, deposto o sanguinário sultão Abdul Hamid e estabelecido um sistema constitucional. Os jornais nos contavam que a Turquia havia se tornado uma democracia, com um Parlamento, um ministério responsável, sufrágio universal, igualdade perante a lei para todos os cidadãos, liberdade de opinião e de imprensa, bem como todos os elementos essenciais de uma comunidade livre e amante da liberdade (Morgenthau, 2010, p. 20-21).

Esse clima de euforia e mudança culminou no afrouxamento da política administrativa do Império, que resultou na perda definitiva dos territórios europeus nos quais exercia suserania nominal, tais como Creta e Bulgária. Aliado às reformas sociais e culturais pelas quais passava a sociedade otomana no linear do século XIX, em conjunto com sucessivas perdas territoriais, fez surgir um pensamento conservador e muçulmano, articulado em torno da Sociedade pela Unidade Islâmica. Além disso, cons-

32 . MORGENTHAU, Henry (1856-1946). **A história do embaixador Morgenthau**: o depoimento pessoal sobre um dos maiores genocídios do século XX. Tradução Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

titiuiu-se uma oposição à política da CUP, maioria no parlamento, formada pelos “intervencionistas” e pelos representantes das minorias étnicas, descontentes com as medidas de centralização administrativa do governo. Em 06 de abril de 1909, o assassinato de um jornalista da oposição, Hasan Fehmi, foi responsável pela eclosão de passeatas no mesmo mês. Militares e civis invadiram o Parlamento, clamando o retorno à autocracia imperial, que prontamente recebeu apoio do Sultão. Tropas leais à CUP estacionadas na Macedônia, comandadas pelo major Mustafa Kemal, se dirigiram então para a capital a fim de conter o movimento contrarrevolucionário. Escaramuças de militares pró-Unionistas e setores militares conservadores, apoiadas por civis, foram registradas nas ruas de Constantinopla.

Em 27 de abril de 1909, integrantes do parlamento otomano conseguiram se reunir para debater a crise política que se prolongava e ameaçava a segurança do Império. Nesta reunião, eles sancionaram a deposição do Sultão Abdulhamid, após 62 anos de governo, bem como outras medidas para limitar o poder político do Sultão, sendo as mais importantes: a retirada da capacidade de designar os ministros e os chefes das câmaras parlamentares, bem como os funcionários do palácio; e a suspensão do poder de veto em relação às leis. Desse modo, o Sultão deposto também foi exilado para a região de Salônica, onde os membros da CUP esperavam mantê-lo sob “controle”, sendo, por fim, substituído por Mehmed V.

No decorrer dos anos seguintes, diversos partidos de oposição foram formados, como o Partido Democrata Otomano (fevereiro de 1909), o Partido Constitucional Otomano (1909), o Partido Socialista Otomano (1910), entre outros partidos de cunho étnico e

nacionalista, porém eles não conseguiram derrubar a hegemonia política da CUP.

Nesse momento, podemos ver os contornos políticos que o governo otomano passou a expressar sobre a administração dos Jovens Turcos. A substituição de um Sultão autocrata por outro facilmente manipulável, pois devia sua ascensão ao trono aos membros da CUP e com poderes drasticamente limitados pelas reformas parlamentares, assinalou a decadência da instituição do sultanato, que se viu cercada de inimigos e podada pela Constituição.

Partindo da análise de Louis Althusser³³ sobre o Estado e seus aparelhos de dominação, o Sultão, bem como toda a elite que gravitava em torno dos palácios, se viu retirado do poder de seis séculos sobre o aparelho de Estado Imperial, por uma classe militar de intelectuais, defensores de ideias nacionalistas e liberais, que o transformou em aparelho ideológico do “novo Estado imperial otomano”, proporcionando certa margem de legalidade à monarquia constitucionalista recém-instaurada.

Em 1909, os Unionistas promulgaram um conjunto de leis discriminatórias, proibindo a formação de organizações políticas que representassem nacionalidades ou raças, o que provocou o fechamento de clubes gregos, armênios, árabes, entre outros. Em paralelo, o novo governo instituiu a lei marcial, que perdurou durante dois anos nas cidades onde “havia do risco de atos desleais” (Palmer, 2013). Como efeito, acarretou a perda de apoio político da CUP entre as outras populações do Império, que passaram a formar sociedades secretas de cunho nacionalista e separatista.

33 . ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Rebeliões eclodiram nos *vilayets*³⁴ armênios, na Arábia, e nas províncias albanesas, provocando a realocação de tropas e recursos.

Sobre essa última revolta, que perdurou até 1912, muitos albaneses que integravam o movimento dos Jovens Turcos passaram a demandar maior autonomia política. Segundo Monique Sochaczewski (2014), foi justamente essa revolta que modificou a política dos Jovens Turcos ao demonstrar a impossibilidade da conciliação de interesses entre o governo otomano e as diversas identidades nacionais, fortalecendo a ala nacionalista turca.

A crescente insatisfação popular para com o governo, aliada às revoltas simultâneas em diferentes pontos do território, proporcionou a situação perfeita para novas invasões por países estrangeiros. Segundo a historiadora Maria Yedda Linhares (1982), o Império Otomano era incapaz de conter a pressão militar das grandes potências, que, desde a segunda metade do século XIX, vinham podando o território do Império:

Os turcos dificilmente poderiam fazer face às pressões das grandes potências que se rivalizavam pela preponderância naquelas regiões sob seu domínio. De um lado, a Inglaterra, desejosa de salvaguardar a integridade e, paradoxalmente, a fraqueza do arcaico edifício turco, com a melhor maneira de manter, sem interferência de outra potência, os caminhos que levavam à Índia em terras e águas otomanas. Por outro lado, a Rússia dos tzares, procurando forçar o esfacelamento do Império Otomano a fim de obter o controle dos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos. A França, por sua vez, em parte premida por problemas de ordem interna,

lança-se, num primeiro momento (primeira parte do século) sobre o Egito e a Argélia e, após 1880, sobre a Tunísia e o Marrocos. Enquanto a Áustria, também arcando com o peso de uma monarquia tradicional e estruturas sociais e econômicas mais cristalizadas e resistentes às transformações que se operavam nos países da Europa de oeste, mal se limitava a vigiar os nacionalismos balcânicos em plena efervescência, defrontando-se, então, com os interesses russos de um vago e hipotético pan-eslavismo (Linhares, 1982, p. 29-30).

O primeiro a perceber isso foi o Reino da Itália, que havia passado por um recente processo de unificação (*Risorgimento*, 1815-1870) e havia perdido espaço no processo de colonização da África e da Ásia para as grandes potências no século XIX. Em 1911, o governo italiano, tomando conhecimento da fragilidade militar das províncias otomanas distantes do poder central, invadiu, em 28 de setembro, o território líbio. A guerra ítalo-turca (1911-1912) se mostrou como um confronto de desgaste de forças, em que as tropas italianas controlavam a costa e as principais cidades, enquanto os otomanos controlavam o restante do território. Em 1912, a Itália invadiu ilhas do mar Egeu sob controle otomano (Rodes, entre outras pequenas ilhas), e bombardeou a península de Dardanelos. Com o prenúncio de outra guerra se desenvolvendo na parte europeia, os otomanos assinaram um acordo de paz em 15 de outubro (Tratado de Ouchy), que cedia o controle da Líbia aos italianos.

No Leste europeu, os reinos da Sérvia, Bulgária, Grécia e Montenegro uniram-se em uma Liga Balcânica para invadir territórios otomanos desprotegidos na fronteira europeia, dando início à Primeira Guerra Balcânica (de outubro de 1912 a maio de 1913). As for-

34 . Denominação das províncias otomanas.

ças invasoras rapidamente avançaram no território macedônico, conquistando as principais cidades, e seguiram avançando até as linhas defensivas turcas nos arredores da capital otomana, que recebia contínuas levadas de refugiados. No mar, o cruzador turco *Hamidiye*, comandado por Hüseyin Rauf, conseguiu impedir ataques à capital pelos gregos. Em dezembro de 1912, com o avanço turco, um cessar-fogo foi articulado na Inglaterra. As negociações de paz tornaram-se infrutíferas devido aos pesados termos impostos aos turcos, como a cessão total dos territórios conquistados, juntamente com a entrega da cidade de Edirne para os búlgaros, a apenas alguns quilômetros de Constantinopla (Schiavon, 2017).

A insatisfação tomava conta do Império, principalmente das camadas militares e dos setores mais radicais da CUP, principalmente com a política conciliatória do Ministro do Exterior, Kamil Pasha, que tendia para a assinatura de um tratado de paz. Como consequência, políticos e militares orquestraram um golpe de estado em 23 de janeiro de 1913, desferindo uma investida fatal na monarquia constitucional. Conhecido como ataque à Sublime Porta, ou em turco *Bâb-i Âlî Baskini*, foi, segundo Palmer, um “dramático episódio de destaque na história dos Jovens Turcos” (2014, p. 217). Militares e políticos unionistas invadiram a Sublime Porta e adentraram a sessão do Conselho de Ministros, assassinando o general Hüseyin Nazim (Chefe do Estado-Maior do Exército Otomano) e exilando Mehmed Kamil (Ministro do Exterior), Abdurrahman Bey (Ministro das Finanças) e Reşid Bey (Ministro dos Assuntos Internos).

Associadamente os conflitos recomeçaram na fronteira europeia, com a invasão das cidades de Ioánina e Edirne. Impos-

sibilitado de resistir, o governo otomano assinou um tratado de paz, entregando definitivamente Macedônia, Trácia, Albânia e a maioria das ilhas do Egeu à Liga Balcânica, e entregando a cidade de Edirne ao controle búlgaro. Assassinatos e prisões políticas aconteceram por toda a capital, principalmente entre os líderes do Partido da União Liberal, de oposição ao domínio da CUP tornando assim a já fragilizada monarquia constitucional em um triunvirato, formado por Mehmed Tallat (Ministro do Interior), Ismail Enver (Ministro de Guerra) e Ahmed Djemal (Chefe Militar de Constantinopla), que eram então as principais lideranças do partido, apoiados por outros políticos unionistas, como Halil Bey (presidente da Câmara dos Deputados) e Mehmed Djavid (Ministro da Fazenda).

Ainda em 1913, os búlgaros, ressentidos com as concessões territoriais do tratado de paz, voltou-se contra seus antigos aliados, agora aliados à Romênia e ao Império Otomano. Isso permitiu que os otomanos reconquistassem Edirne, comandados por Enver Pasha. Em julho, um novo tratado de paz redefiniu as fronteiras, restituindo parte do território perdido e da cidade reconquistada por Enver. Essas vitórias foram usadas pelo novo governo como propaganda para reavivar o nacionalismo e o entusiasmo iniciais da Revolução de 1908. Com o acirramento das perseguições políticas, as eleições de 1914 foram unânimes ao anunciar uma vitória dos unionistas, contudo, o próprio parlamento havia perdido espaço político, sendo a cúpula da CUP a responsável pelo governo do Império.

No campo ideológico, isso representou uma guinada para a construção de um nacionalismo majoritariamente turco otoma-

no dentro dos limites de um Império multiétnico, multicultural e multirracial, o que conseqüentemente acarretou a exclusão de grupos minoritários do poder político, como gregos, armênios, árabes, entre outros, que inicialmente haviam aderido ao movimento político da CUP. Os gregos foram os primeiros, devido à constante ameaça do vizinho do Reino da Grécia, pois as populações de origem grega foram expulsas da cidade de Esmirna e das ilhas próximas sob controle turco. Nos dizeres de Eric J. Hobsbawm (1990, p. 33), “quanto mais esta (nação) se queria una e indivisa, mais a sua heterogeneidade interna criava problemas”. Segundo o embaixador americano Henry Morgenthau, Tallat Paxá explicou sua política nacional da seguinte forma:

Aqueles diferentes blocos no Império Turco, disse, sempre haviam conspirado contra a Turquia; por causa da hostilidade daquelas populações nativas, a Turquia havia perdido uma província após a outra – Grécia, Sérvia, Romênia, Bulgária, Bósnia, Herzegóvina, Egito e Trípoli. Assim, o Império Turco havia definhado até quase a extinção. Para que os resquícios da Turquia sobrevivessem, acrescentou Talaat, ele deveria se livrar daqueles povos estrangeiros. “A Turquia para os turcos”, era então a principal ideia de Tallat. Portanto, ele propôs a “turquificação” de Esmirna e das ilhas adjacentes (Morgenthau, 2010, p. 49-50).

Isso acarretou o rompimento definitivo dessas populações com o governo otomano e influenciou a formação de entidades secretas que apoiavam seus próprios projetos de nação. Thomas Edward Lawrence, oficial militar britânico, que foi um dos participantes da Revolta Árabe (1916-1918), esclarece em seu livro de

memórias o panorama político que levou os árabes a se rebelarem contra seus governantes otomanos:

A Turquia, tornada turca para os turcos – *Yeni-Turan* – foi o grito de guerra. Mais tarde, esta política deveria conduzi-lo ao resgate dos seus *irredenti* – que eram as populações turcas submetidas à Rússia, na Ásia Central; mas antes de tudo, precisavam limpar o império das raças subjugadas, porém incômodas, que vinham resistindo ao padrão normativo. Os árabes, os maiores componentes estrangeiros da Turquia, deviam ser liquidados imediatamente. De conformidade com este pensamento, os representantes árabes foram expulsos, as sociedades árabes proibidas, e os árabes notáveis proscritos. As manifestações árabes e o idioma árabe foram suprimidos pelo paxá Enver de maneira muito mais enérgica do que o haviam sido por Abdul Hamid, antes dele (Lawrence, 2006, p. 51).

Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o Império Otomano encontrava-se fragilizado, pois, desde 1908, havia entrado em uma série de conflitos pela manutenção do território, que acabou consumindo enormes recursos financeiros e humanos. Em paralelo, sua economia ainda permanecia tutelada pela Comissão de Débito Público Otomano, administrada por franceses e ingleses. Apesar desses fatos, a CUP incentivou a arrecadação de contribuições para a construção de dois navios encouraçados, que fortaleceriam a Marinha Otomana, tornando-a uma força naval respeitável no Mar Egeu. Para Palmer (2013), a aquisição desses navios representava mais do que o aumento do poder naval para assegurar os Estreitos, eles constituíam-se como símbolos tanto do poder imperial como da política nacionalista da CUP.

Contudo, com a declaração de guerra da Inglaterra e da França contra a Alemanha no dia 4 de agosto de 1914, as embarcações que se encontravam nos estaleiros britânicos foram requisitadas pela Royal Navy³⁵, incluindo os encouraçados otomanos. A notícia provocou uma ferida no orgulho turco (Fromkin, 2008; McMeekin, 2011; Palmer, 2013), e o ressentimento que se seguiu para com a nação inglesa abriu espaço para um alinhamento com a Alemanha. O envio de dois navios para Constantinopla, *SMS Goeben* e *SMS Breslau*, que estavam fugindo da Marinha Britânica e acabaram sendo incorporados à Marinha do Sultão, culminou com o rompimento da neutralidade do Império Otomano. Segundo Morgenthau (2010):

No mesmo dia em que esses navios passaram por Dardanelos, o *Ikdam*, um jornal turco publicado em Constantinopla, tinha um relato triunfante da “venda”, com grandes manchetes que a classificavam como um “grande sucesso para o governo imperial” (p. 69).

Em 11 de novembro de 1914, o Sultão-Califa proclamou a *Jihad*³⁶ contra os infiéis, conclamando as populações muçulmanas dos territórios coloniais a se revoltar contra o imperialismo da Inglaterra, da França e da Rússia. Durante a guerra, o Estado Otomano se constituiu como um Estado autocrático (no tradicional sentido

marxista), que atuou por meio da repressão (perseguições, torturas, exílios, etc.) e dos aparelhos ideológicos do Estado Imperial (escolas, jornais, e tribunais) para disseminar um pensamento nacionalista turco-otomano.

35 . Marinha Real Britânica, fundada no século XVI, um dos principais ramos das forças armadas do Reino Unido, considerado o instrumento militar que possibilitou o controle dos mares pelos britânicos, transformando sua nação em uma potência europeia e mundial.

36 . Guerra por expansão ou defesa do Islã. Teoricamente a única forma de guerra permitida ao muçulmano.

CAPÍTULO III

PROPAGANDA E IDEOLOGIA: NACIONALISMO TURCO NOS SELOS POSTAIS

Ao analisar este período, descobrimos que o sistema de correios otomano passou a produzir selos postais entre 1908-1918, com teor nacionalista, procurando despertar o sentimento de pertencimento ao Império e de lealdade ao sultanato. Partindo deste ponto, e tomando emprestado o conceito de “aparelho ideológico do Estado”, formulado por Althusser (1985), compreendemos que o correio otomano desempenhava uma função ideológica dentro da administração otomana, primeiramente, por ser uma instituição especializada, neste caso, pela comunicação da população entre as diferentes partes do Império e até no exterior. Segundo, por adentrar o domínio do privado, ou seja, das cartas, e deste modo dos amores, anseios, dores e insatisfações dos súditos do Sultão. E terceiro, por professar uma ideologia nacionalista, que permitiria à classe política burguesa (os políticos integrantes da CUP, proeminentes militares, comerciantes e intelectuais) manter-se no poder. Desse modo, somos levados a questionar: por qual meio esta instituição desempenhava esse papel político?

A resposta é simples: os selos postais, pois estes eram usados na taxaço do serviço de correspondência, sendo visualizados tanto pelo destinatário quanto pelo remetente. Em vista disso, entendemos que essas imagens desempenhavam um papel político específico no interior da estrutura administrativa e financeira do Estado, sendo sua produção, distribuição e utilização incumbências do aparelho estatal, neste caso, o Ministério dos Correios. E, portanto, estes se constituem como fontes icnográficas, por meio das quais é possível analisar a história política de uma nação, neste caso, o Império Otomano sob o governo nacionalista dos Jovens Turcos.

Um ponto essencial é o fato de que o próprio Estado determinava as características físicas dos selos: valores, cor, papel utilizado na impressão, formatos e, principalmente, as imagens que estes conteriam (Cabral, 2009)³⁷. Sendo que é neste último ponto que devemos nos ater com mais atenção na análise dos selos impressos, entre os anos de 1913 e 1918, pelo correio otomano. Estes contêm imagens do Sultão Mehmed V, da capital imperial (Constantinopla), tropas otomanas nas frentes de combate da Primeira Guerra Mundial, especialmente retratando a Batalha de Gallípoli de 1915; denunciando, deste modo, uma estreita relação entre as imagens impressas nos selos, e o projeto nacionalista empreendido pelo governo otomano.

Partindo dos estudos de Eduardo França Paiva (2006) sobre a importância da imagem para a compreensão do processo histórico-social, podemos afirmar que os selos não representam fiel-

37 . Embora o autor tenha trabalhado com a filatelia durante o período do Brasil Imperial, sua análise centra-se na função ideológica e nas relações políticas que uma instituição pública (Ministério dos Correios) desempenha dentro do aparelho de Estado.

mente o passado, pois correspondem a fragmentos ideológicos do governo que os produziu. E, portanto, carregam “armadilhas” e “perigos”, aos quais o historiador deve sempre estar atento para evitar “anacronismos”:

A imagem, bela, simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas (Paiva, 2006, p. 18-19).

Feita esta ressalva e compreendendo a parcialidade dos selos como fonte historiográfica, resta-nos debater o fato de que tais imagens não surgiram de forma aleatória, mas foram, portanto, construídos por indivíduos ligados à administração estatal e estavam, em variados graus, comprometidos com o projeto político que pretendia “turquificar”, usando a expressão do embaixador norte-americano, o Império Otomano. Partindo dos conceitos de Roland Barthes (1984)³⁸, consideramos que tais indivíduos sejam os *operadores*, ou seja, aqueles responsáveis pelo processo de produção das imagens, que, segundo o autor, podem ser entendidos como “fotógrafos”, uma vez que as imagens contidas nos selos se assemelham a fotografias. Desse modo, podemos formular o seguinte questionamento: quem são o *operadores* dos selos no Império Otomano? E como podemos identificar este grupo? Partindo para o método barthesiano de produção e consumo de imagens, estariam presentes três elementos interligados e indispensáveis para a produção da fotografia:

38 . BARTHES, Roland. **A Câmera Clara**. Notas sobre fotografia de Roland Barthes; tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

O *operator* é o fotógrafo. O *spectator* somos todos nós que consultamos nos jornais, nos livros, álbuns e arquivos, coleções de fotografias. E aquele ou aquilo que é fotografado é o alvo, o referente, uma espécie de pequeno simulacro, de “eidôlon” emitido pelo objeto, a que poderia muito bem chamar-se de *Spectrum* da fotografia, porque esta palavra conserva, através da raiz, uma relação com o “espetáculo” e acrescenta-lhe essa coisa um pouco terrível que existe em toda fotografia: o regresso do morto (Barthes, 1984, p. 20)

Portanto, compreendemos que os *operadores* correspondem aos indivíduos responsáveis pela idealização e pela produção das imagens, ou seja, eles decidiram quais elementos da realidade iriam representar nos selos postais, reafirmando o caráter ideológico destes, uma vez que circulariam por todo o Império Otomano e até mesmo no exterior de suas fronteiras, atingindo outros Estados com os quais tinha relações comerciais ou levava migratórias de súditos otomanos. À vista disso, é possível inferir que esses indivíduos integrassem um grupo restrito do aparelho de Estado do Império, desempenhando cargos administrativos em um setor específico de gestão pública, o Ministério dos Correios. Então o que esses funcionários públicos almejavam? E, por fim, qual pensamento político esses indivíduos procuravam destacar por meio dos selos?

Para responder às perguntas anteriores, precisamos compreender inicialmente como se desenvolveu a instituição responsável pela construção dos selos postais no Império Otomano, e cabe aqui uma pequena digressão. O sistema de correios havia sido reconfigurado durante a era *Tanzimat* para promover o melhoramento da interligação entre as diferentes partes do Império.

Em 23 de setembro de 1840, passou por reorganização administrativa com o estabelecimento do Ministério Postal sob o comando de Ahmet Şükrü Bey, submetido ao Ministério do Comércio, sendo aberta no mesmo ano em Constantinopla a primeira agência do correios otomana. Em 1863, o Império Otomano passou a usar selos postais (sobre administração de Agâh Efendi), em substituição ao antigo sistema de taxas sobre correspondência, cujo ônus ficava a cargo do destinatário. Tornou assim o Império Otomano o segundo estado independente da Ásia a imprimir e utilizar selos.

Em 1871, o correio otomano passou a ser identificado como Ministério dos Correios e Telégrafos, sendo submetido ao Ministério do Interior até a dissolução do governo otomano. Além da agência oficial, outras nações possuíam sistemas postais independentes que atuavam dentro do Império, como Alemanha, Rússia, Grécia e Itália. Após o golpe de 1913, o Ministério dos Correios e Telégrafos passaram diretamente para as mãos do Ministro do Interior Mehmed Tallat, que havia sido funcionário de baixo escalão do mesmo ministério na província de Salônica (Palmer, 2013; Turkishpostalhistory, 2020).

Analisando o histórico da instituição, é possível inferir que sua reformulação, durante a era *Tanzimat*, estava ligada aos interesses do Estado otomano em promover a sua atualização administrativa em moldes ocidentais e, portanto, incutida com as ideias de afirmação do poder do sultanato turco-otomano frente aos seus súditos, por isso, a impressão do monograma imperial, *tughra* (semelhante ao selo real ocidental). Com a Revolução dos Jovens Turcos, em 1908, e a instauração da monarquia constitucional, uma classe burguesa foi formada por intelectuais, comerciantes, funcionários públicos e membros da elite militar, incutidos com ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, mas principalmente

de nacionalidade. Este último ideal será a mola mestra de toda uma política nacionalista otomana, delimitada por intelectuais como Ahmet Rizâ Bey.

Ahmet Riza Bey (1858-1930) foi aluno do Liceu Galatasaray e, portanto, vivenciou as transformações pelas quais o Império Otomano passou na segunda metade do século XIX durante o auge da era *Tanzimat*, ao gradual aumento dos incentivos à “ocidentalização” da educação e da administração pública até as reduções territoriais e guerras internas e externas. Ingressou na carreira pública, onde trabalhou no Ministério da Agricultura e no Ministério da Educação, depois ingressou na carreira política, passando a articular um movimento de oposição ao Sultão. Exilado na França, passou a publicar em 1895 um periódico, denominado *Meşveret*, defendendo o desenvolvimento da educação e do direito no interior da sociedade otomana, mas principalmente do conceito de “otomano”, ou seja, a delimitação do eu e do outro, sob os preceitos de integração dos diferentes povos do Império contra a constante ameaça das potências imperialistas da Europa.

O estabelecimento do nacionalismo otomano tinha, desse modo, a função de preservar a integridade territorial, através do estabelecimento de uma identidade nacional, que seria responsável por promover a substituição da antiga relação do governo imperial com seus súditos, para uma nova relação de igualdade entre os cidadãos otomanos, independentemente da religião. Contudo, os anos que se seguiram à instauração da Constituição de 1908 foram extremamente turbulentos, com o aparecimento de diversos conflitos simultaneamente, desde revoltas nas províncias otomanas na Europa Oriental (Guerras Balcânicas) até invasão da Itália na Líbia, os quais provocaram a cisão entre a ala da burguesia liberal

e os nacionalistas radicais, majoritariamente militares e funcionários públicos (CUP), que articularam a tomada de poder em 1913.

A ascensão do Partido da União e Progresso resultou em um projeto de substituição do nacionalismo otomano, que, devido ao seu caráter de agregação de diferentes etnias e culturas, demonstrou-se frágil frente aos constantes conflitos em defesa da emancipação nacional, e, portanto, ao ideal de unidade do Império. O novo nacionalismo estabeleceu suas bases na população de origem, língua e cultura turca, e consequentemente de matriz religiosa muçulmana. Segundo Albert Hourani (2005):

A base do império devia ser a unidade nacional partilhada por todos os que falavam turco e eram de origem turca, a sua política devia ser conduzida para promover os interesses dos turcos tanto fora como dentro do império, pois o império era ou deveria ser a terra natal de todos os turcos. Essa ideia implicava que se deveria fazer uma tentativa para reforçar o domínio do elemento turco no governo e na administração e até transformar outros grupos étnicos em turcos [...] (p. 296).

Portanto, podemos afirmar que os *operatores* eram intelectuais membros da burguesia otomana, tais como Ahmet Riza Bey, que, desencantados com o sultanato, promoveram um movimento político de cunho reformador e nacional, que conseguiu atrair funcionários públicos e militares para um projeto constitucional no Império, tendo como principal objetivo a continuação do Estado otomano. Contudo, tendo sido impossibilitados pelas dificuldades inerentes à ideia de agregar diferentes etnias em um único conceito nacional, acabou provocando a radicalização política e a con-

sequente reformulação deste ideal assentada no povo turco, que habitava majoritariamente a região da Anatólia e era de religião muçulmana. Integrando esse mesmo corpo de intelectuais, temos também Mehmed Tallat, membro dos Jovens Turcos, que, após o golpe de 1913, se estabeleceu como Ministro do Interior, ao qual estava veiculado o Ministério dos Correios e Telégrafos Otomano. Destarte, estabelecemos quem eram os *operadores*, sua classe social, suas funções dentro do aparelho de Estado e, por fim, o pensamento político que guiava seu projeto de nação. Faltava somente apontar como os selos desempenhavam sua função dentro do aparelho de estado. E por que as imagens que eles traziam impressas podem ser entendidas como fazendo parte de um projeto nacionalista?

O Império Otomano, sob os Jovens Turcos, se esforçou durante o início do século XX para maximizar a eficiência de seus aparelhos de Estado, especialmente aqueles que permitiram a construção de alicerces para sua permanência no poder. E neste caso, insere-se o sistema de correios, dado que a melhora nos processos de postagem e entrega de correspondências está interligado com o desenvolvimento dos meios de comunicação então em voga na época. Como resultado, esta instituição proporcionaria, com sua eficácia, dividendos, mas também permitiria que Estado tivesse acesso, e, portanto, controle sobre informações a ele pertinentes. Outra face dessa instituição fica a cargo dos selos, por meio dos quais as imagens do poder do Estado eram levadas a regiões e territórios distantes da esfera de influência do centro do governo, vinculando essas regiões e seus habitantes ao governo otomano, que, mesmo geograficamente afastado, se fazia presente através das imagens estampadas nos selos. Partindo desta interpretação os selos, segundo o historiador Luciano Mendes Cabral (2009, p. 31-32), os selos se transformariam em símbolos:

Neste aspecto, os selos ganham uma relevância maior. Deixam de ser meros papeizinhos coloridos que desempenham uma função administrativa, a de comprovar o pagamento antecipado do serviço a ser prestado, e se tornam símbolos desse Estado, que pretende se fazer presente em todo o seu território. Passam a estar revestidos de um poder simbólico que atua na construção e na consolidação do Aparelho Estatal. Não é por acaso que, nesse momento, as primeiras emissões de selos postais estampam, na maioria das vezes, a efigie dos soberanos ou governantes no poder.

Deste modo, ao elencar as estampas presentes nos selos como símbolos de Estado, é plausível classificar os selos impressos entre 1863-1923 em três categorias, de acordo com as fases as quais o Estado Otomano atravessou. O primeiro grupo seria formado pelos selos postais que continuavam a retratar o monograma do sultão ornado com arabescos, nos quais estariam os valores inseridos nos tradicionais tons de verde, azul, carmim, entre outras cores, impressos entre 1863 e 1913³⁹. A Revolução dos Jovens Turcos de 1908 não alterou, de imediato, a estrutura política do sultanato otomano. Organizados em torno do Comitê de União e Progresso, os revolucionários optaram pela instauração de uma monarquia constitucional, com a manutenção do Sultão Abdulmecid no trono.

Mesmo após o movimento contrarrevolucionário de 1909, os Jovens Turcos mantiveram a instituição do sultanato como aparelho ideológico do Estado, com o objetivo de legitimar a cons-

39 . A presente organização dos selos em três grupos corresponde a uma separação cronológica, que envolve as mudanças de caráter político no interior do Estado Otomano. Utilizada pelos filatelistas e estudiosos turcos, como o prof. Doutor Kubilay Yazici, da Omar Halisdemir University e autor do estudo "Tarih öğretilerinde posta pullarının kullanılabilirliğine bir örnek "100 posta pulu ile türk tarihinden bir kesit – 1863-1950 yılları arası"" (Um exemplo da disponibilidade dos selos postais no ensino de História: "Uma parte da História Turca com 100 postais – entre 1863-1950").

tituição e o novo governo. Isso, somado aos contínuos conflitos com outros países (o movimento contrarrevolucionário encabeçado pela Sociedade pela Unidade Islâmica, a guerra ítalo-turca de 1911-1912, as duas guerras balcânicas de 1912-1913) neste período, explica a manutenção do monograma do sultão nos selos postais entre os anos de 1908 e 1913, como uma clara tentativa de reafirmar imageticamente o poder do Estado sobre os territórios otomanos, por meio da simbologia imperial e da tradição da Casa de Osmã⁴⁰, que, desse modo, outorga o novo governo.

FIGURA 2 - SELOS IMPRESSOS ENTRE 1908-1913 RETRATANDO O MONOGRAMA DO SULTÃO EM DIVERSAS CORES



Fonte: Arquivo do autor.

Com o golpe de 1913, que colocou no poder o triunvirato ditatorial, houve o crescimento da propaganda nacionalista turca,

40 . Como era identificada a dinastia otomana que governou o Império Otomano entre 1281 até 1923.

tendo se expandido enormemente após a entrada do país no conflito mundial, com apoio alemão para publicação e distribuição de panfletos, cartazes e livros por espões para disseminar o ódio ao “inimigo cristão infiel”. Sendo complementado com um amplo projeto de centralização administrativa em torno da cúpula da CUP, bem como de tentativas de reavivar a força política do sultanato, na figura de Mehmet V, despertou o sentimento de lealdade entre os súditos do Império (McMeekin, 2011). O segundo grupo de selos foi lançado em 1913 e impresso até 1919, quando o Sultão foi deposto, então procuraram representar os principais símbolos do domínio otomano como os principais monumentos da cidade de Constantinopla, tais como mesquitas, colunas bizantinas, fontes e retratos do Bósforo. Os selos desse grupo continuaram sendo enfeitados com arabescos contornando a imagem; e nas extremidades, vinha impresso o monograma imperial, mais o valor em tons de verde, azul, carmim e laranja.

FIGURA 3 - MESQUITA DO SULTÃO AHMED, SELO POSTAL DE 1913



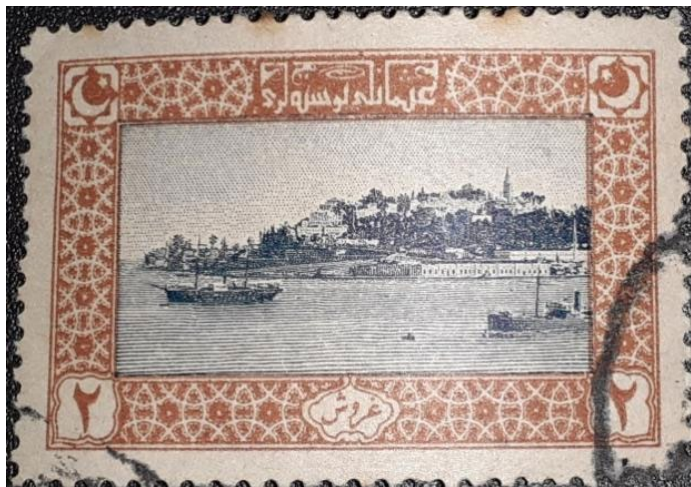
Fonte: Arquivo do autor.

FIGURA 4 - MESQUITA DE ORTAKÖY, SELO POSTAL DE 1916



Fonte: Arquivo do autor.

FIGURA 5 - ILUSTRAÇÃO DE CONSTANTINOPLA ATRAVÉS DO CHIFRE DOURADO, SELO POSTAL DE 1916



Fonte: Arquivo do autor.

Partindo para a análise desses selos, é perceptível a tentativa, por parte do governo da CUP, de resgatar o que consideravam e idealizavam ser a “grandiosidade do passado otomano”, e com isso despertar o sentimento de patriotismo/nacionalismo através dos selos utilizados para a taxação das cartas, um dos meios de comunicação mais comuns da época. De acordo com Eric Hobsbawm (1990), foi através da criação de uma propaganda, que apresentava a guerra como “defensiva”, dirigida aos cidadãos/súditos, que os governos beligerantes esperavam despertar o sentimento de pertencimento à nação:

Contudo, é significativo que os governos beligerantes pediram apoio para a guerra não simplesmente através do patriotismo cego e menos ainda com base na glória machista e no heroísmo, mas através de uma propaganda dirigida fundamentalmente a civis e cidadãos. [...] Todos apresentaram-na como uma ameaça, vinda do estrangeiro, aos ganhos cívicos próprios de seu lado ou de seus países; todos aprenderam a apresentar seus objetivos de guerra (embora de alguma forma inconsistentemente) não apenas como a eliminação de tais ameaças, mas como, de alguma forma, a transformação social do país, no interesse de seus cidadãos mais pobres (“lares de heróis”) (Hobsbawm, 1990, p. 110).

A partir desta linha de pensamento, é possível compreender a representação das mesquitas (símbolo de duplo significado, tanto religioso quanto político), do Palácio Dolmabanche (sede da corte do Sultão) e da própria capital otomana como símbolos nacionais para os súditos otomanos, e que, portanto, eram passíveis de atrair o sentimento de lealdade para com o Estado. Um segundo lote destes selos trazia a fotografia do Sultão Mehmet V em trajes mi-

litares, enquanto outros o representavam ao lado do Palácio Dolmabanche e, por último, ao lado de um pequeno mapa que retrata a vitória dos turcos sobre os britânicos e franceses na Campanha de Galípoli, que ficou conhecida como um dos eventos mais marcantes da guerra, tanto pelos números de vidas perdidas de ambos os lados das trincheiras, como pela resistência otomana frente a uma força militar conjunta das grandes potências⁴¹. Essa batalha, ocorrida no estreito de Dardanelos na Península de Galípoli, foi desencadeada por uma ofensiva conjunta dos aliados (britânicos⁴² e franceses), com o objetivo de conquistar a capital otomana e liberar a navegação no Mar Negro para abastecer a Rússia czarista, contra uma força conjunta do exército turco e alemão, estacionados nas fortalezas da região, comandada pelo general Liman Von Sanders. Durante o confronto, apesar de não ser o comandante em campo, o jovem oficial Mustafá Kemal (1881-1938), membro da CUP, tornou-se um herói de guerra prestigiado, que desempenhou um importante papel no momento de desagregação do Império.

Para os otomanos, essa batalha passou a ser divulgada como um momento crucial, na qual os soldados turcos lutavam não somente pela defesa de um território, mas sim pela defesa de sua ter-

41 . A memória dos eventos ocorridos durante a Campanha de Galípoli deixou marcas profundas não somente nos combatentes que sobreviveram, mas também nas sociedades dos países em conflito. Na Austrália e na Nova Zelândia, onde foram recrutados os soldados que compunham a ANZACS (Forças Armadas da Austrália e da Nova Zelândia que combatiam pelo Reino Unido) e onde houve um número expressivo de baixas, ficou marcada a celebração de homenagens aos mortos em combate no dia 25 de abril.

42 . Segundo o historiador francês Max Schiavon, que estudou a Frente Oriental da Primeira Guerra Mundial: “A conta das perdas humanas foi alta, muito alta. Do lado francês, dos 79.000 homens envolvidos, 3.700 foram mortos, 17.300 mil feridos e 6.000 considerados desaparecidos, aos quais se acrescentam milhares de evacuações médicas provocadas por doenças. Os britânicos tiveram 127.000 mortos, feridos ou desaparecidos, e os turcos, quase 220.000, dos quais 66.000 mortos. O ataque aos Dardanelos foi um erro, uma sangrenta tragédia, que causou cruel decepção aos militares e aos políticos. A capacidade e o prestígio dos aliados foram abalados por esse insucesso estratégico, enquanto, pelo contrário, os turcos saíram revigorados do confronto” (Schiavon, 2017, p. 101).

ra natal. A sua representação nos selos procurava reafirmar a força do nacionalismo turco, ao mesmo tempo em que tentava reafirmar a proeminência política e militar do sultanato otomano, com a representação de Mehmet V ao lado do mapa da Batalha de Galípoli. Essa campanha publicitária, incentivada pelos aliados alemães, tinha a intenção de consolidar o Sultão como Califa e, desta forma, despertar o sentimento de pertencimento a uma comunidade muçulmana global entre os súditos de outros impérios beligerantes (McMeekin, 2011). A vitória dos otomanos sobre os Aliados fortaleceu a causa nacionalista turca diante das derrotas em outros *fronts*, apesar do enorme custo material e humano da campanha.

FIGURA 6—SELO DE 1916 RETRATANDO O SULTÃO OTOMANO MEHMET V EM TRAJES MILITARES



Fonte: Arquivo do autor.

FIGURA 7—SELO COM O MAPA DA PENÍNSULA DE DARDANELOS/GALÍPOLI COM SETAS APONTANDO AS FORÇAS MILITARES ENVOLVIDAS NA BATALHA, AO LADO DA IMAGEM DO SULTÃO MEHMED V, SELO DE 1916



Fonte: Arquivo do autor.

FIGURA 9 - SELO OTOMANO DE 1917 QUE ESTAMPA FOTOGRAFIA DE SOLDADOS OTOMANOS COMBATENDO NAS TRINCHEIRAS



Fonte: Arquivo do autor.

FIGURA 8—ILUSTRAÇÃO DO PALÁCIO DOLMABANCHE; AO LADO, A FIGURA DO SULTÃO MEHMED V, SELO DE 1916



Fonte: Arquivo do autor.

No terceiro e último lote desse período, os selos retratavam os soldados otomanos nas frentes de batalha durante a Primeira Guerra Mundial. O primeiro é uma fotografia impressa, em carmim, de soldados turcos combatendo nas trincheiras; outro representava a artilharia turca em tons de azul; outros três selos foram lançados retratando fotografias do exército turco no Deserto do Sinai; por último, uma ilustração de um soldado identificado como o “Sentinela de Beersheba”, todos tinham por objetivo demonstrar que esta região do Sinai era de domínio turco e que o Império exercia preponderância nesses territórios em oposição aos revoltosos árabes.

Durante esse período, o Império Otomano enfrentou dissidências internas com os árabes, que, auxiliados pelos ingleses, organizaram um movimento de teor nacionalista, conhecido como a Revolta Árabe (1916-1918). Na frente de batalha da Primeira Guerra, temos a participação da controversa figura do oficial britânico Thomas Edward Lawrence (1888-1935), que, longe de contribuir para o desenvolvimento de um Oriente Próximo, independente, acabou provocando a sua submissão ao imperialismo das grandes potências após a guerra. Contudo, é inegável afirmar que a força árabe despertada em 1916 arrecadou importantes vitórias sobre os turcos em 1917, com o descarrilamento de trens de suprimentos, a explosão de linhas férreas, a tomada de Aqaba em 6 de junho, que permitiu aos britânicos a instalação de uma base de apoio aos árabes, e a tomada de Jerusalém em 11 de dezembro. Isso explica a tentativa, por parte do governo otomano, de reafirmar, através da propaganda política, seu predomínio nos territórios da Península Arábica.

Todavia, o selo mais representativo lançado no final da guerra retratava o Kaiser Guilherme II (Imperador Alemão) e o Paxá Enver (chefe político do Comitê de União e Progresso) apertando as mãos no campo de batalha. A impressão de uma pessoa diferente do Sultão demonstrava as mudanças políticas pelas quais passara o Império Otomano durante a guerra. A figura de Enver ilustrava a mudança do poder governamental do Império, do sultanato para um membro do triunvirato da CUP.

FIGURA 10 - SELO OTOMANO DE 1918, RETRATANDO O ENVER PAXÁ (MINISTRO DE GUERRA OTOMANO) E O IMPERADOR GUILHERME II DA ALEMANHA NO CAMPO DE BATALHA



Fonte: Kloetzel (2007).

FIGURA 11 - SELO QUE RETRATA A ARTILHARIA TURCA SENDO TRANSPORTADA PARA A FRENTE DE BATALHA. TINHA O OBJETIVO DE APRESENTAR A FORÇA MILITAR OTOMANA NA GUERRA



Fonte: Arquivo do autor.

FIGURA 12 - SELO DE 1918 QUE ESTAMPA UMA FOTOGRAFIA DE TROPAS OTOMANAS MARCHANDO PELO DESERTO DO SINAI



Fonte: Kloetzel (2007).

FIGURA 13 - SELO DE 1918, NO QUAL ESTÁ REPRESENTADO UM SOLDADO OTOMANO DE PÉ, SUPOSTAMENTE PREPARANDO A SUA ARMA, ONDE SE LÊ EM ÁRABE: “SENTINELA DE BEERSHEBA”



Fonte: Kloetzel (2007).

Porém, a tentativa de produzir um nacionalismo puramente turco no interior de um Império multicultural, multiétnico, que comportava muitas religiões, acarretou a produção de nacionalismos divergentes do estatal em diversas regiões, conjuntamente com um dos maiores genocídios da história humana, o massacre dos armênios (1915-1917), que, segundo estimativas, vitimou aproximadamente de 800.000 a 1.800.000 de seres humanos (Palmer, 2013; Morgenthau, 2010). No caso dos armênios, a sua população, localizada majoritariamente na Anatólia Oriental, próximo à fronteira com o Império Russo, constituía-se como um dos entraves entre os dois impérios, pois a população armênia era cristã,

tendo sua ascendência religiosa desde os tempos bíblicos e sendo utilizada pela Rússia como subterfúgio para intervir em questões internas otomanas.

Com sua população dividida entre dois grandes impérios, sem uma identidade nacional unificada, e sujeita a constantes atos de violência, começou a surgir, na juventude intelectual armênia, um projeto nacionalista de independência, inspirado nos ideais da Revolução Francesa. Foram criadas organizações secretas e partidos políticos, como *Henchakian*, a Federação Revolucionária Armênia e o *Rangavar* (Freitas, 2014), que foram patrocinados dubiamente pelos russos, que almejavam enfraquecer os otomanos.

Com o advento da guerra, o exército otomano se reorganizou para combater em diversas frentes de batalha, sendo uma delas no leste da Anatólia em uma tentativa de invadir a Rússia pelo Cáucaso. Porém, as tropas turcas mal equipadas e abastecidas enfrentaram o exército russo em significativa desvantagem, o que, após sucessivas derrotas, impôs o recuo defensivo das forças turcas. A CUP acreditava que parte da população armênia estava ajudando o exército russo em seu avanço no Cáucaso. Segundo Palmer (2013):

O ressurgimento da atividade dos *dashnak* na cidade de Van, com o ostensivo apoio russo a alguma forma de autonomia armênia nos dois lados da antiga fronteira, despertou temores dos otomanos de que os súditos armênios do Sultão encarassem os invasores czaristas como libertadores e, por conseguinte, apoiassem sua penetração na Anatólia (Palmer, 2013, p. 233).

Temendo perder o controle no leste, o governo otomano comandado pelo triunvirato da CUP instaurou medidas restritivas à circulação da população armênia, bem como ao porte de armas. Rapidamente essa política evoluiu para um projeto de segregação e de extermínio dos armênios, pois diversos soldados de origem armênia que serviam no exército otomano foram expulsos das frentes de batalha e realocados para trabalhos insalubres no deserto, residências e estabelecimentos comerciais de armênios foram depredados, especialmente na capital.

Entre abril e maio de 1915, tropas otomanas entraram em conflito com a população da cidade de Van, de maioria armênia, o que acabou por se transformar em uma revolta aberta ao domínio otomano. Em decorrência desses atos, em maio de 1915, as autoridades da CUP autorizaram a deportação em massa da população armênia das províncias orientais para o deserto da Mesopotâmia. As deportações perduraram até 1917, mas massacres ocasionais continuaram a ocorrer regularmente.

CAPÍTULO IV

O FIM DO CONFLITO MUNDIAL E O ADVENTO DA TURQUIA MODERNA

Nos meses finais da Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano encontrava-se consideravelmente fragilizado. Doenças como febre tifoide, tuberculose, fome e disenteria, aliadas às constantes derrotas, haviam reduzido o exército otomano nas trincheiras e no deserto a uma tropa desorganizada e instável. As derrotas na região do Hejaz, que resultaram na capitulação de Jerusalém (11 de dezembro de 1917), Beirute e Damasco (1º de outubro de 1919), serviram para abater o que restava do ânimo do exército turco.

Enquanto isso a capital, Constantinopla, era uma cidade terrivelmente desmoralizada (Palmer, 2013), refugiados para lá se dirigiam em busca de alimento e abrigo, e abarrotavam as ruas e mercados, solidificando ainda mais a crônica falta de víveres. Sobre a fome que assolou o Império durante a guerra, o historiador britânico David Fromkin (2008) aponta os recrutamentos no campo como fator primordial para a perda de sucessivas colheitas e a subsequente escassez de alimento:

A decisão de recrutar soldados no campo arruinou o que teria sido a abundante colheita de 1914. Isso estabeleceu um terrível padrão: durante toda a guerra, o recrutamento de homens e animais de carga trouxe fome nos bons anos e nos ruins. [...] Na véspera da guerra, havia apenas cerca de 17 mil trabalhadores da indústria num império de 25 milhões de pessoas; para fins práticos, o país não tinha indústria; tudo o que tinha era agricultura, que agora estava arruinada. No final da guerra, as exportações estavam reduzidas a 1/4 e as importações a 1/10. A Sublime Porta sofreu enormes déficits orçamentários durante a guerra. Sem ajuda, imprimiu papel-moeda para cobrir o déficit. Durante a guerra, os preços subiram 1.675% (Fromkin, 2008, p. 138-139).

A rendição da Bulgária em 30 de setembro de 1918 e o início das negociações de paz por parte da Alemanha acabaram dividindo o Conselho de Ministros, assinalando o fim do triunvirato. Em 1º de outubro, uma reunião do Conselho de Ministros resultou na renúncia de Tallat, Enver e Djemal do governo otomano, somente efetivada no dia 8 de outubro. O então Sultão Mehmed VI, recentemente empossado após o falecimento de seu antecessor, anunciou o general Ahmed Izzet Paxá como grão-vizir e organizou um novo ministério (que ainda continuava sob o domínio da CUP), que seria responsável pelas negociações de paz.

Em 20 de outubro, um oficial britânico, Charles Towshend, feito prisioneiro de guerra, serviu de ponte para as negociações de paz com a Inglaterra. Na ilha grega de Lemnos, no porto de Mudros, a bordo do navio de guerra britânico Agamemnon, a delegação otomana chefiada por Rauf Bey (recentemente empossado como Ministro da Marinha Otomana) assinou o Armistício de

Mudros em 30 de outubro de 1918, no qual o Império cessava as hostilidades, rendia-se às potências aliadas, desmobilizava suas forças militares e permitia a ocupação dos estreitos otomanos, de Constantinopla, dos túneis da linha ferroviária pelo Monte Tauros e demais vias férreas.

Com medo de posteriores represálias contra seus atos no governo otomano, os membros do triunvirato tomaram providências para escapar de Constantinopla, acompanhando autoridades alemãs que fugiam do território turco⁴³. Enquanto isso impérios-centrais entravam em colapso, o Império Austro-Húngaro, fragilizado pela guerra, entrou em processo de esfacelamento com a criação de diversos estados independentes, enquanto que a Alemanha assinava, em 11 de novembro, o Armistício de Compiègne, selando o fim do conflito mundial.

Como resultado das negociações de paz e da proclamação dos Catorze Pontos de Wilson⁴⁴, o gabinete do Grão-Vizir Ahmed Izzet foi dissolvido, a CUP foi desmobilizada como partido político, porém o Sultão foi conservado no trono. No entanto, o Império Otomano ficou territorialmente restrito às regiões puramente turcas, o que significava a conservação de apenas parte da Anatólia.

43 . Mehmed Tallat Paxá foi assassinado em 15 de março de 1921 por um nacionalista armênio na República de Weimar/Alemanha. Ismail Enver Paxá foi morto em combate em 4 de agosto de 1922, no Tajiquistão. Ahmed Djemal Paxá foi assassinado em 21 de julho de 1922, em Tibilise, na República Socialista Soviética da Geórgia, durante a perseguição às lideranças otomanas responsáveis pelo genocídio armênio, empreendida pela Federação Revolucionária Armênia.

44 . O presidente dos Estados Unidos da América anunciou, em 8 de janeiro de 1918, Os Quatorze Pontos, que constituíam as diretrizes a serem seguidas nas negociações de paz após a Primeira Guerra Mundial, entre os quais está o “Princípio de Autodeterminação dos Povos”, que assegurou a criação de diversos estados na Europa Oriental.

No que dizia respeito aos Estreitos Turcos, a passagem entre o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo seria conservada com a condição de livre passagem, sob a proteção e a supervisão internacionais, o que acarretou a divisão de Constantinopla em zonas de influência entre britânicos, franceses, gregos e italianos. Incentivados pelos britânicos e procurando compensações territoriais, os gregos invadiram e ocuparam a região de Esmirna, com população de ascendência grega.

Essas disposições acabaram sendo ratificadas com a assinatura do Tratado de Sévres em 10 de outubro de 1920, que cedeu parte da Anatólia para os italianos e os franceses; e previu a criação de um Estado independente para os armênios, com as fronteiras a serem delimitadas em debates posteriores.

Os territórios árabes do Império Otomano foram partilhados entre a Inglaterra e a França, semelhante ao traçado do Acordo Sykes-Picot⁴⁵, formulado anos antes. A região da Palestina se transformou em uma zona internacional, sob comando britânico, que também recebeu a região da Mesopotâmia, enquanto que os franceses receberam a Síria e o Líbano (Becker, 2011).

Contudo, ainda em 1919, surgiu, na Turquia, um movimento de oposição à ocupação das grandes potências: o Movimento Nacional Turco - MNT, liderado pelo oficial do exército Mustafá Kemal. Neste período, foram produzidos os últimos selos do Império Otomano. Longe de retratarem aspectos do conflito mundial

45 . O Acordo Sykes-Picot foi um acordo secreto, assinado em 16 de maio de 1916 pela França e Inglaterra, com o objetivo de definir suas esferas de influência no Oriente Médio, após a Primeira Guerra Mundial, e a derrota do Império Otomano. O tratado foi idealizado pelos diplomatas Sir Mark Sykes e François Georges-Picot, à revelia das outras potências aliadas e sem levar em conta o conceito de autodeterminação dos povos, o que acarretou uma série de incidentes diplomáticos durante as conferências de paz.

e do nacionalismo turco, esses selos voltaram a representar monumentos da capital, como o Obelisco de Teodósio, no Hipódromo de Constantinopla; a Mesquita do Sultão Süleymaniye (solimão, o Magnífico); e uma fonte, entre as muitas espalhadas pela cidade, sendo estes os últimos selos impressos pelo Império Otomano.

FIGURA 14 - SELO REPRODUZINDO O OBELISCO DE TEODÓSIO, NO HIPÓDROMO DE CONSTANTINOPLA, QUE É HOJE A PRAÇA SULTANAHMET, EM CONSTANTINOPLA



Fonte: Arquivo do autor.

FIGURA 15 - SELOS CONTENDO FIGURA DA FONTE DO SULTÃO SÜLEYMANIYE, UMA ENTRE AS MUITAS CONSTRUÍDAS NA CAPITAL OTOMANA

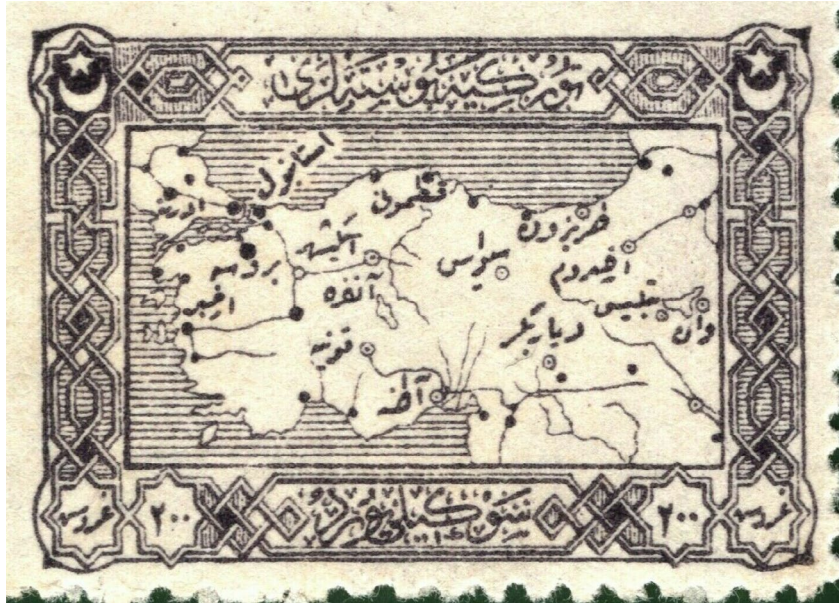


Fonte: Arquivo do autor.

Contudo, o Tratado de Sévres, longe de proporcionar a manutenção da paz, incentivou a revolta da população turca contra a ocupação estrangeira. Ainda em abril de 1920, o MNT organizou eleições para o parlamento unicameral turco, comumente denominado de Grande Assembleia Nacional da Turquia, chefiada pelo militar e herói da Batalha de Galípoli, Mustafá Kemal. Esta singular figura havia sido membro da CUP desde sua formação, participou da Revolução de 1908, suprimiu a contrarrevolução de 1909 e tomou partido no golpe de 1913, conseguindo reunir em torno de si os setores conservadores da sociedade turca, as classes militares, os comerciantes e as classes desfavorecidas em torno do ideal de reunificação da Turquia. Eleito presidente pela Assembleia Nacional, Mustafá Kemal estabeleceu um governo turco em Ancara, de oposição ao do Sultão, visto como colaborador da ocupação britânica de Constantinopla e um traidor, por ratificar os acordos de paz que despedaçava a soberania turca.

O primeiro selo impresso pela Grande Assembleia Nacional do Turquia estampa um mapa da Anatólia, apresentando sua divisão pelo Tratado de Sévres, e foi confeccionado com o objetivo de propaganda para resgatar o orgulho turco na reconquista de suas terras perdidas nos acordos de paz. E nesse panorama de constantes mudanças e redefinição de fronteiras, iniciou-se uma nova guerra entre gregos e turcos pela reconquista da Anatólia e da cidade de Esmirna.

FIGURA 16 - SELO COM O MAPA DA ANATÓLIA REPRESENTANDO AS ÁREAS TOMADAS DOS TURCOS PELO TRATADO DE SÉVRES EM 1920. FOI CONFECCIONADO COM O OBJETIVO DE PROPAGANDA PARA A RETOMADA DESSES TERRITÓRIOS CONTROLADOS PELAS POTÊNCIAS ESTRANGEIRAS



Fonte: Kloetzel (2007).

As tropas gregas estacionadas em Esmirna, desde 1919, seguiram avançando pelo interior da Anatólia, porém o exército turco, desmilitarizado pelos acordos de paz, começou a se agrupar em torno do novo governo em Ancara, empreendendo a reação dos nacionalistas turcos contra os invasores gregos. Esse conflito, que perdurou por quatro anos (1919-1922), transformou-se em uma campanha pela libertação da Turquia. Somente em outubro de 1922, os turcos com apoio militar dos bolcheviques (Vargas, 2016) conseguiram expulsar as tropas gregas de Esmirna e fazer frente

ao exército Aliado sediado em Constantinopla, que foi evacuado em 24 de julho de 1923. A proclamação da República Turca foi feita em outubro de 1923.

A vitória sobre as forças da estrangeiras selou a guerra da independência turca, todavia os nacionalistas temeram que o Sultão recuperasse o seu prestígio e tentasse reaver o seu poder político, por isso eles decidiram abolir o sultanato, com a deposição de Mehmed VI, que fugiu do país, deixando-lhe apenas a instituição religiosa do califado. Neste momento, o último califa otomano, Abdulmecid II, foi eleito califa pela Assembleia Nacional da Turquia em 18 de novembro de 1922, instituição esta que sobreviveu sem significativos poderes até 1924, quando foi abolida.

Nesse meio tempo, o governo republicano turco havia entrado em negociações com as potências aliadas para a assinatura de um novo tratado de paz, que foi firmado em 29 de outubro de 1923 e ficou conhecido como Tratado de Lausanne, o qual determinava a restituição de Bósforo, Dardanelos e Constantinopla, bem como parte do território europeu, a região da Armênia Ocidental, Curdistão Ocidental e Costa Oriental do Mar Egeu ao domínio turco (Vargas, 2016), o que selou definitivamente o fim do Império Otomano e o início da República da Turquia.

Portanto, podemos afirmar que as duas primeiras décadas do século XX assinalaram um período de profundas transformações sociais no Império Otomano. A ascensão do Comitê de União e Progresso, em 1908, no complexo jogo político otomano, resultou no golpe de Estado que substituiu a autocracia do Sultanato por uma monarquia constitucional, que, por sua vez, declinou em 1913 em um triunvirato ditatorial – Tallat, Djemal e Enver.

Desta feita, surgiu o nacionalismo otomano na tentativa de despertar o sentimento de pertencimento territorial dos turco-otomanos para com a região da Anatólia, em paralelo com uma campanha de valorização da cultura otomana em detrimento da cultura árabe, o que provocou a produção de selos com representações do Sultão, da arquitetura e das construções públicas e religiosas da capital (Constantinopla); e, após o início das hostilidades em 1914 (Primeira Guerra Mundial), a representação do soldado otomano na frente de batalha.

Fez-se, desse modo, com que os selos atuassem na disseminação de uma ideologia política, tendo como resultados o massacre de minorias cristãs em todo o território otomano, especialmente na Anatólia Oriental (caso armênio) e de minorias cristãs na costa ocidental da Península Arábica, gerando também, em contrapartida, o surgimento do nacionalismo árabe (Revolta Árabe, 1916-1918) e a explosão de movimentos nacionalistas de outras comunidades, contrários aos interesses do governo otomano.

Esses eventos acabaram assinalando o estágio cisão no interior do Estado otomano, no qual o governo central, incapaz de unificar a população, antes proporcionou sua divisão. Segundo a historiadora Maria Yedda Linhares (1982), o governo otomano sempre foi ineficiente em integrar as populações sob seu domínio:

No caso da dominação turca, foi evidente a superposição de uma casta otomana às populações preexistentes, árabes e outras, por sua vez, já anteriormente hierarquizadas com seus sistemas próprios de estratificação. É evidente também que a participação dos “súditos” na vida política de um Estado que tem na sua base a escravidão e uma classe dirigente estrangeira, embora associada à “aristocracia” local, não pode deixar de ser insig-

nificante. Os segmentos inferiores das estruturas sociais tendiam a demonstrar um comportamento indiferente às manifestações do poder (soberano e camadas dirigentes), salvo “quando entram em jogo a religião, a corrupção e a opressão excessiva” (G. E. Von Grunebaun, *El Islam, Siglo XXI*, 1975, p. 8) (Linhares, 1982, p. 31-32).

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) resultou no esfacelamento dos grandes impérios multiétnicos, da dinastia otomana, da dinastia Habsburgo (Áustria-Hungria) e dos Romanov na Rússia. O que correspondia ao território otomano se constituiu num miríade de novos Estados-Nações e diversos territórios semiautônomos controlados pelas grandes potências (França e Inglaterra) vencedoras do conflito mundial. Enquanto sua capital transformou-se em palco da disputa imperialista de diversos países até o advento da Assembleia Nacional da Turquia em 1920.

Esses fatos acabaram demonstrando que as comunidades locais, na busca por independência, se apropriaram dos conceitos ocidentais (entre eles, o nacionalismo), além de suas técnicas militares e diplomáticas. Contudo, não saíram incólumes desse processo, pois, no caso armênio, o massacre de milhares de indivíduos pertencentes a este grupo étnico e o seu não reconhecimento pelo novo governo turco tornaram-se uma mácula entre os dois países.

Paralelamente, o fenômeno da imigração de indivíduos pertencentes às diversas comunidades que integravam o Império, iniciado ainda no final do século XIX, recebeu um novo impulso durante a guerra e após o conflito. Milhares de pessoas, identificadas com as diversas nacionalidades que emergiram como sírios, armênios, libaneses e turcos, incrementaram o êxodo migratório

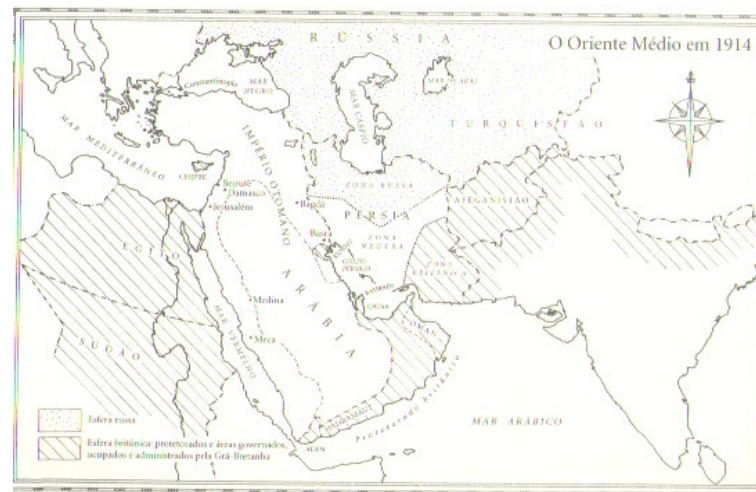
na região em busca de melhores condições de vida em outros lugares, entre eles, o continente americano e, em especial, o Brasil.

MAPA 2 - PENÍNSULA DE GALÍPOLI E A LOCALIZAÇÃO DO DESEMBARQUE DAS FORÇAS ALIADAS NO DIA DA INVASÃO. TÍTULO ORIGINAL: AS OPERAÇÕES NOS DARDANELOS EM 1915.



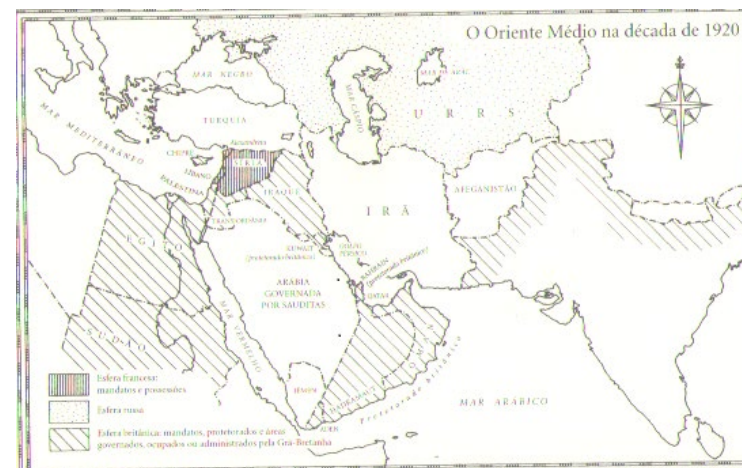
Fonte: Schiavon (2017, p. 39).

MAPA 3 - MAPA GEOPOLÍTICO DO ORIENTE MÉDIO ANTES DE 1914. TÍTULO ORIGINAL: O ORIENTE MÉDIO EM 1914



Fonte: Fromkin (2008).

MAPA 4 - MAPA GEOPOLÍTICO DO ORIENTE MÉDIO NOS ANOS 1920. TÍTULO ORIGINAL: O ORIENTE MÉDIO NA DÉCADA DE 1920



Fonte: Fromkin (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Império Otomano estava longe de ser uma entidade homogênea, já que os constantes conflitos nas fronteiras e a existência de diversos grupos étnicos espalhados por todo o Império produziam uma complexa malha de divergentes realidades políticas, sociais e culturais, tecida e sustentada por relações de interdependência, a qual tinha como tecelão a instituição do sultanato.

No século XIX, formas de identidade nacionais, amparadas em grupos étnicos e em identidades religiosas, começaram a se desenvolver pelas províncias otomanas, especialmente as ocidentais, reelaborando as formas de identificação dos indivíduos com suas comunidades, línguas e tradições, enquanto o sultanato otomano enfrentava um processo de decadência, transformando-se em uma monarquia constitucional, rompendo definitivamente a concha de retalhos que havia permitido o próprio desenvolvimento do Império.

O esgotamento econômico, político e militar da administração otomana demonstrava a falência de uma estrutura social agrária dominada pela autocracia do sultanato. As reformas efetuadas durante a *Era Tanzimat*, como a fugaz experiência democrática com

a instauração de uma Constituição em 1876, e de um parlamento de duas câmaras, *Meclis-i Mebusanv* (Câmara dos Deputados) e *Meclis-i Ayan* (Câmara dos Notáveis), representavam um projeto de integração étnica e política dos diferentes povos que integravam o Império, evidenciando uma tentativa de diminuir as rupturas e despertar os nacionalismos.

Contudo, o agravamento da crise financeira otomana e os contínuos conflitos nas fronteiras induziam a intensos debates nas Câmaras sobre a competência administrativa do sultanato para solucionar os problemas, criando um terreno fértil para movimentos políticos.

A Revolução de 1908 foi o ápice do descontentamento social com o governo. O movimento surgiu no seio da elite intelectual militar e administrativa, formada durante a era *Tanzimat*, que se organizava em torno de uma organização política, o Comitê de União e Progresso – CUP (*İttihad ve Terakki Cemiyeti*), que deflagrou uma rebelião que se alastrou pelo Império. Um dos resultados imediatos desta revolução foi a retomada da experiência de um sultanato constitucional, com a abertura do *Meclis-i Mebusanv*, e a criação de partidos políticos de cunho étnico (especialmente árabe e armênio). Podemos apontar também o fortalecimento das forças militares e dos partidos políticos, especialmente da CUP, na estrutura política em detrimento do poder político do sultanato.

O alvoroço criado por essas mudanças políticas foi aproveitado pelos inimigos do Império para pressionar as suas fronteiras, o que desencadeou uma das medidas mais impopulares do governo otomano, que foi a extensão do serviço militar obrigatório a todos os súditos, especialmente os cristãos, em 1909. A imposição de integrar fileiras de um exército com a oficialidade majoritariamente

turca e engajada em diferentes frentes de batalha representava, para o camponês libanês, sírio, armênio, entre outros, uma perspectiva de vida assustadora e de provável morte. Esta medida, em conjunto com a crise política e social do Estado otomano, acelerou o processo migratório de súditos otomanos para outros continentes, especialmente para a América.

O “Novo Mundo” atuou como um ímã para os imigrantes que procuravam melhores condições de vida e oportunidade para enriquecer. Países como Brasil, México, Estados Unidos e Argentina foram os que mais receberam imigrantes. Os primeiros imigrantes sírios e libaneses começaram a desembarcar no Brasil ainda durante a segunda metade do século XIX, quando se desenrolavam os conflitos religiosos nas províncias otomanas, tendo a maior colônia se constituído em São Paulo; e em menor escala, nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A crescente insatisfação da população otomana com o governo constitucional, as revoltas internas e a pressão estrangeira sobre as fronteiras, como a guerra ítalo-turca (1911-1912) e as duas guerras dos Balcãs (1912-1913), promoveram a radicalização política do governo, com foco no nacionalismo essencialmente turco, tendo como principal articulador a CUP, apoiada por grupos militares, que desencadearam um golpe em 23 de janeiro de 1913, conhecido como *Bâb-i Âlî Baskini* (Ataque a Sublime Porta).

A CUP assumiu o poder na figura de três de seus principais líderes políticos, Mehmed Tallat (ministro do Interior), Ismail Enver (ministro de Guerra) e Ahmed Djemal (chefe Militar de Constantinopla), que juntos formaram o triunvirato, o qual contava com o apoio de políticos influentes e tinha o Sultão sob seu controle. Esta última transformação política do Estado otomano representou, no

campo ideológico, a construção de um nacionalismo turco dentro dos limites de grande império multiétnico, o que acarretou a exclusão de grupos minoritários do poder político, que anteriormente haviam integrado os revolucionários de 1908 e a própria CUP.

Deputados árabes, armênios, drusos e gregos foram cassados e presos, assim como os demais integrantes de seus partidos, além disso, organizações nacionalistas foram fechadas e qualquer propaganda ou meio de comunicação que tivesse algum cunho étnico, à exceção do turco.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial em 1914, o Império encontrava-se fragilizado, pois havia se envolvido em constantes guerras nos últimos anos, que consumiram seus recursos humanos e financeiros, aumentando a frustração da população. Seu envolvimento no conflito, em novembro, se constituiu como uma aposta ariscada da CUP na tentativa de barrar a interferência estrangeira em sua economia e reconquistar parte dos territórios perdidos ao longo dos anos. Para isso, o governo se empenhou em construir uma propaganda nacionalista expressa nos ministérios, nos jornais e na administração provincial. Ao analisar esse período, percebemos que o sistema de correios otomanos desempenhou um papel fundamental na disseminação da propaganda ideológica de cunho nacionalista.

Ou seja, em um período no qual o principal meio de comunicação entre as diferentes partes do Império se dava por meio de cartas enviadas pelos correios, a produção de selos de teor ufanista demonstravam a construção de um projeto de reativação da força política do sultanato, na figura de Mehmet V, quando da centralização administrativa em torno da cúpula da CUP.

Desse modo, os selos utilizados pela administração otomana na cobrança do serviço de postagem foram utilizados como veículos de propaganda, ao estampar o Sultão, a capital imperial (Constantinopla), bem como a vitória militar mais significativa dos otomanos durante os eventos da guerra mundial, que foi a Batalha de Galípoli em 1915 (quando os turcos conseguiram impedir uma invasão de forças britânicas e francesas na península de Galípoli); bem como representações das outras frentes de combate na guerra.

Evidenciava-se assim a tentativa do governo otomano de resgatar o que eles consideravam como a “grandiosidade do passado otomano”, através do despertar do nacionalismo turco, além de demonstrar seu envolvimento na guerra como um ato defensivo frente aos interesses das potências aliadas que almejavam a desintegração do Império. A partir dessas reflexões, concluímos que os selos emitidos durante o governo dos Jovens Turcos representavam, nas suas imagens, uma “visão de mundo” centrada na construção de um modelo de Estado//Nação sustentado pelo discurso ideológico nacionalista dos dirigentes do Partido União e Progresso (CUP), que representava os interesses da burguesia turca em reconquistar o esplendor do auge do domínio otomano, ao mesmo tempo em que reafirmava a soberania turca sobre as outras identidades étnicas que integravam o Império. Essa experiência acabou acelerando a desintegração territorial e a já decadente instituição do sultanato, que, com a guerra da independência da República da Turquia, encontrou seu fim.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BÂBIÂLİ BASKINI. *Balkan Harbi sırasında İttihatçılar tarafından gerçekleştirilen kanlı hükümet darbesi (23 Ocak 1913)*. *Islamansiklopedisi*, 1991. Disponível em: <https://islamansiklopedisi.org.tr/babiali-baskini>. Acesso em: mar. 2020.

BARTHES, Roland. *A Câmera Clara: notas sobre fotografia*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BECKER, Jean-Jacques. *O Tratado de Versalhes*. Tradução de Constancia Egrijas. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 224p.

BROWN, Malcolm. *T. E. Lawrence (Lawrence da Arábia)*. Tradução de Sergio Barcellos, Luiz Sérgio Toledo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

BURAK, Durdu Mehmet. Osmanlı Devleti'nde Jön Türk Hareketinin Başlaması ve Etkileri. *Journal of Ankara University Ottoman History Research and Application Center*, n. 14, p. 291-318. Ankara-Turquia: Universidade de Ankara, 2003. Disponível em: <http://kaynakca.hacettepe.edu.tr/eser/165917/osmanli-devleti-nde-jon-turk-hareketinin-baslamasi-ve-etkileri>. Acesso em: ago. 2020.

CABRAL, Luciano Mendes. *Selos, moedas e poder: o Estado Imperial brasileiro e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

ENGLUND, Peter. *A beleza e a dor: uma história íntima da Primeira Guerra Mundial*. Tradução do sueco por Fernanda Sarmatz Akesson. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FERGUSON, Niall. *Civilização: ocidente X oriente*. Tradução de Janaina Marco Antônio. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

EKINCI, Ekrem Bugra. *Ottoman postal system: Backbone of a grand empire*. Dayle Sabah, Istanbul, 03 novembro de 2017. Dis-

ponível em: <https://www.dailysabah.co-m/feature/2017/11/-03/ottoman-postal-system-backbone-of-a-grand-empire>. Acesso em: jul. 2020.

FROMKIN, David. *Paz e guerra no Oriente Médio: a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio Moderno*. Tradução de Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOURANI, Albert. *O pensamento árabe na era liberal 1798-1939*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. Tradução de Marcos Santarita. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

KHATLAB, Roberto. *As viagens de D. Pedro II: Oriente e África do Norte, 1871-1876*. São Paulo: Benvirá, 2015.

KLOETZEL, James E. (Ed.). *Standard Postage Stamp Catalogue – Countries of the world S-Z*. v. 6. Estados Unidos: Scott Pub Inc Co., 2007. Disponível no site: <https://www.pdfdrive.com/scott-2007-standard-postage-stamp-catalogue-countries-of-the-world-so-z-scott-standard-postage-stamp-catalogue-vol-6-so-z-e15715-1646.html>. Acesso em: mar. 2020.

LAWRENCE, T. E. *Os Sete Pilares da Sabedoria*. Tradução de C. Machado; prefácio de Fernando Monteiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

LEWIS, Bernard. *O que deu errado no Oriente Médio?* Tradução de Maria Luiza X de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LEWIS, Bernard. *A Crise do Islã: guerra santa e terror profano*. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

LINHARES, Maria Yedda. *Oriente Médio e o Mundo Árabe*. Revisão de José W. S. Soares. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MEIHY, Murilo Sebe Bom. História e atualidade da imigração libanesa no Brasil. In: SCHERER, Ligia Maria; GOULART, Felipe Haddock Lobo; VELOSO, Pedro Augusto Franco (Orgs.). *Brasil – Líbano: Legado e Futuro*. Brasília: FUNAG, 2017. p. 147-162. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1230-as-relacoes-brasil-libano-legado-ef-uturo.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

MCMEEKIN, Sean. *O expresso Berlim-Bagdá: o Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial, 1898-1918*. Tradução de Maria Silvia Mourão Netto. São Paulo: Globo, 2011.

MORGENTHAU, Henry (1856-1946). *A história do embaixador Morgenthau: o depoimento pessoal sobre um dos maiores genocídios*

do século XX. Tradução de Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

OSMANLI. *İmparatorluğunda Posta Teşkilatı*. Turkishpostalhistory, 2008. Disponível em: <https://www.tu-rkishpostalhistory.com/index.php/tr/m-articles/m-ottoman-empi-re/-m-otto-postal-history/17-organization-of-ottoman-post>. Acesso em: mar. 2020.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. 2. ed. 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 120 p. (Coleção História & Reflexões, 1)

PALMER, Alan. *Declínio e Queda do Império Otomano*. Tradução de Gleuber Vieira. São Paulo: Globo, 2013.

RÉMOND, René. *Introdução à História do Nosso Tempo: do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva, 2003.

ROBINSON, Francis. *O Mundo Islâmico: o esplendor de uma fé*. Barcelona: Folio, 2007.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Ana Carolina dos Santos. *Percepções sobre o Império Otomano na obra de Arnold J. Toynbee*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/>

disponiveis/8/8138/tde-20032019-125048/pt-br.php. Acesso em: abr. 2020.

SCHIAVON, Max. *A frente oriental: do desastre de Dardanelos à vitória final, 1915-1918*. Tradução de Marcelo Oliveira Lopes Serano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2017.

SIMON, Rachel. Italo-Turkish War 1911-1912. *In: 1914-1918 online; International Encyclopedia of the First World War*. Berlin, 23 de agosto de 2016. Disponível em: https://encyclo-pedia.1914-1918-online.net/article/italo-turkish_war_1911-1912. Acesso em: ago. 2020.

SOCHACZEWSKI, Monique. O Império Otomano e a Grande Guerra. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 1, n. 5, jan. 2013/jun. 2014. Rio de Janeiro: UFF-INEST, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/13447977/O_Imp%C3%A9rio_Otomano_e_a_Grande_Guerra. Acesso em: abr. 2019.

SOCHACZEWSKI, Monique. *Do Rio de Janeiro a Istambul: Contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850-1919)*. Brasília: FUNAG, 2017.

SOUZA, Felipe Alexandre Silva de. Sultões e Banqueiros: a dominação financeira europeia no Império Otomano. *Revista de Pesquisa Histórica (CLIO-Recife)*, n. 36, jan./jun. 2018a. Recife: UFPE, 2018. p. 137-155.

_____. Os súditos rebeldes do Sultão de Constantinopla: a insurreição grega na questão oriental (1821-1830). *In: BUENO, Andre; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria (Orgs.). Próximos Orientes*. União Vitória/ Rio de Janeiro: Edição Especial sobre Ontens – LAPHIS/ UNESPAR, 2018b. Disponível em: www.rev-istasobreontens.site. Acesso em: jun. 2020.

STEVENSON, David. *1914-1918: a história da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Valter Lellis. Barueri-SP: Novo Século Editora, 2016.

TOYNBEE, Arnold Joseph (1889-1975). *Atrocidades turcas na Armênia em 1915: denúncias de grandes personalidades*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TRUZZI, Oswaldo. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1993. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280049>. Acesso em: jul. 2018.

TRUZZI, Oswaldo. Presença árabe na América do Sul. *Revista História Unisinos*, v. 11, n. 3, p. 359-366. São Leopoldo, RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/in-dex.php/historia/article/view/5914>. Acesso em: dez. 2019.

TRUZZI, Oswaldo. Sírios e libaneses no oeste paulista: décadas de 1880 a 1950. *Revista Brasileira de Estudos de População*, n. 36, p. 1-27. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0086>. Acesso em: 20 dez. 2019.

VARGAS, Serena. *O processo de secularização na Turquia e a política externa do país durante o governo de Mustafá Kemal (1923-1938)*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/168609>. Acesso em: ago. 2020.

YAZICI, Kubilay. Tarih öğretiminde posta pullarının kullanılabilirliğine bir örnek “100 posta pulu ile türk tarihinden bir kesit – 1863-1950 yılları arası”. *International Journal of Eurasia Social Sciences*, v. 5, n. 16, p. 176-199. Disponível em: <http://www.ij-oess.com/DergiTamDetay.aspx?ID=204&D-etay=Ozet>. Acesso em: out. 2020.

GLOSSÁRIO

CALIFA. A palavra califa designa o sucessor do profeta Maomé, pois quando o profeta veio a falecer no ano de 632, a comunidade muçulmana escolheu seu sucessor, que passou a ser chamado de “Khalifat Rasul Allah” (o sucessor do Profeta de Deus). Desse modo, o califa ocupa a posição de líder temporal e espiritual da comunidade islâmica, bem como defensor dos lugares sagrados (as cidades santas de Meca e Medina).

COMITÊ DE UNIÃO E PROGRESSO. Do turco, Ittihad ve Terakki Cemiyeti, foi uma sociedade nacionalista formada por militares, intelectuais e funcionários públicos, que passaram a ser conhecidos como “Jovens Turcos”. Em 1908, organizaram um golpe de Estado contra a autocracia da instituição do sultanato, tomando o poder e instituindo uma “monarquia constitucional”.

JANÍZARO. Do turco Yeni Çeri (novo soldado). Membro de elite militar otomana existente entre o século XIV e XIX. Originalmente crianças dos Bálcãs convertidas ao Islã e treinadas para o serviço do Império Otomano.

JIHAD. Guerra por expansão ou defesa do Islã. Teoricamente a única forma de guerra permitida ao muçulmano.

KANUN-I ESASI. Pode ser traduzida como Lei Básica. Foi a primeira Constituição do Império Otomano, proclamada pelo Sultão Abdülhamid II em 1876, sendo revogada em 1878. Somente em 1908, foi resgatada como parte do programa político dos revolucionários Jovens Turcos.

MILLET. Comunidade cuja organização autônoma era reconhecida pelo governo otomano.

MECLIS-I MEBUSAN. Pode ser traduzido como Câmara dos Deputados. Foi instituída pela Constituição de 1876, sendo formada por representantes eleitos para mandatos de quatro anos. Contudo, foi fechada em 1878, sendo reaberta somente após a Revolução dos Jovens Turcos de 1908.

MUTASSARRIFLIK. Unidade administrativa otomana governada diretamente pela Sublime Porta.

PALÁCIO TOPKAPY SARAYI. Foi construído por Muhammad II, após a tomada de Constantinopla em 1453, como residência oficial do sultanato otomano.

PAXÁ. Paxá era o título conferido ao governador de uma província (paxalato), que, por sua vez, era dividida em unidades administrativas menores, os sandjaks, sob comando de um sandjak bey (santos, 2018, p. 16).

SUBLIME PORTA. Do turco Bab-i Ali (tradução, Grande Porta), era a designação, entre 1718 e 1922, do governo do Império Otomano, local onde ficavam localizadas as sedes dos ministérios imperiais.

TANZIMAT. “Reorganizações”. Época de amplas reformas “modernizadoras” no Império Otomano. Diz respeito ao período que vai de 1839 a 1876, com alguns historiadores, incluindo ainda o sultanato de Abdülhamid II (1876-1909).

TUGHRA. Monograma dos sultões otomanos.

ULEMÁ. Integrantes da comunidade muçulmana graduados nas escolas religiosas (madrassas), atuando como professores, teólogos e advogados, sendo os responsáveis pelos ritos religiosos e guardiões da charia, a lei sagrada presente no Alcorão.

VILAYET. Província otomana.

SOBRE O AUTOR

Nasceu em Campina Grande em 1998. Em 2013, ingressou no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Campus Campina Grande, onde concluiu, em 2016, o curso de Técnico em Mineração. Realizou a graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), publicando diversos artigos sobre o Oriente Médio, a Turquia e o Japão. Em 2024, concluiu o mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, com a dissertação sobre a exploração dos recursos minerais no Nordeste, intitulada *História Ambiental da Mineração na Paraíba: a exploração da Província Pegmatítica Borborema-Seridó (1930-1945)*. Atualmente é aluno de doutorado do Programa de Engenharia e Gestão de Recursos Naturais da UFCG.

FORMATO 15X21 CM
TIPOLOGIA ALEGREYA/ ANTON SC
Nº DE PÁG. 133

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- EDUFCG

